

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE  
JOAQUIM VENÂNCIO

Leticia dos Reis Dias

LITERATURA E SAÚDE PÚBLICA EM DIÁLOGO: ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA

Rio de Janeiro

2023

Leticia dos Reis Dias

LITERATURA E SAÚDE PÚBLICA EM DIÁLOGO: ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA

Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Análises Clínicas.

Orientadora: Viviane dos Ramos Soares

Rio de Janeiro

2023

Leticia dos Reis Dias

LITERATURA E SAÚDE PÚBLICA EM DIÁLOGO: ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA

Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Análises Clínicas.

Aprovado em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

VIVIANE DOS RAMOS SOARES  
EPSJV/FIOCRUZ

---

TALITA ROSETTI SOUZA MENDES  
EPSJV/FIOCRUZ

---

CAROLINA VIANNA DANTAS  
EPSJV/FIOCRUZ

Rio de Janeiro

2023

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me capacitado a escrever esse projeto.

A minha cunhada, por ser um dos meus alicerces na construção dessa monografia. Por todo o amor, carinho e amizade. Te amo Bia.

A minha família por sempre me apoiar e se fazer presente na minha vida. Amo vocês.

A minha orientadora, Viviane, que com toda a paciência e afeto fez com o que nosso projeto desse certo.

Às professoras Valéria e Talita pelas contribuições na banca de qualificação. E à professora Carolina Dantas pela leitura do trabalho e por aceitar o convite de compor a banca de defesa junto com a professora Talita.

Aos meus amigos, que tornaram essa caminhada mais leve e que foram essenciais em momentos que mais precisei. Amo vocês.

À Amanda e à Josi que me mostraram como é bom ter pessoas que se importam com você por perto.

À Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio por ser a minha segunda casa durante esses quatro anos, por abrir meus horizontes como aluna e principalmente como pessoa.

Ao meu melhor amigo e namorado, Luan, por torcer por mim em cada etapa desse projeto e por me fazer sentir a pessoa mais sortuda do mundo por ter alguém como ele na minha vida. Te amo.

Por fim, a todos que fizeram parte direto ou indiretamente desse processo, e na conclusão dessa monografia.

*“Leitura, antes de  
mais nada é estímulo,  
é exemplo.”  
(Ruth Rocha)*

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo contribuir para o entendimento, a conscientização e o debate acerca do abuso sexual infantil através de livros infanto-juvenis a partir da compreensão de que a literatura é um direito de todos e da importância da temática no contexto da saúde pública. Busca-se, assim, um diálogo entre a literatura e a saúde pública em relação ao abuso sexual infantil. Para tanto, tem-se como objetivos específicos: apresentar o conceito de abuso sexual infantil, refletir sobre a subnotificação a partir de um processo de silenciamento, compreender o papel de livros infantojuvenis na construção de conhecimento e do pensamento crítico e analisar duas narrativas do ponto de vista verbal e visual: “Não me toca, seu Boboca!” (2020) e “Leila” (2019).

O projeto baseia-se teórico e metodologicamente na Análise de Discurso Materialista nos termos de Eni Orlandi. O material de análise será composto por duas narrativas que têm como temática o abuso sexual infantil: “Não me toca, seu boboca!” (2020), de Andrea Viviane Taubman e Thais Linhares, e “Leila” (2019), de Tino Freitas e Thaís Beltrame. Ambas as obras escolhidas foram produzidas a partir de fatos presentes na sociedade, já que a narrativa “Não me toca, seu boboca” se baseou em relatos de crianças que sofreram tal abuso e “Leila” é uma homenagem à nadadora brasileira Joana Maranhão.

**Palavras-chave:** Abuso sexual, infância, silenciamento

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Reprodução das páginas 6 e 7 do livro” Não me toca, seu boboca” escrito por Andrea Taubman e ilustrado por Thais Linhares.....	38
Figura 2: Reprodução das páginas 8 e 9 do livro” Não me toca, seu boboca” escrito por Andrea Taubman e ilustrado por Thais Linhares.....	39
Figura 3: Reprodução das páginas 10 e 11 do livro” Não me toca, seu boboca” escrito por Andrea Taubman e ilustrado por Thais Linhares.....	40
Figura 4: Reprodução das páginas 12 e 13 do livro” Não me toca, seu boboca” escrito por Andrea Taubman e ilustrado por Thais Linhares.....	40
Figura 5: Reprodução das páginas 14 e 15 do livro” Não me toca, seu boboca” escrito por Andrea Taubman e ilustrado por Thais Linhares.....	41
Figura 6: Reprodução das páginas 16 e 17 do livro” Não me toca, seu boboca” escrito por Andrea Taubman e ilustrado por Thais Linhares.....	42
Figura 7: Reprodução das páginas 18 e 19 do livro” Não me toca, seu boboca” escrito por Andrea Taubman e ilustrado por Thais Linhares.....	42
Figura 8: Reprodução das páginas 20 e 21 do livro” Não me toca, seu boboca” escrito por Andrea Taubman e ilustrado por Thais Linhares.....	43
Figura 9: Reprodução das páginas 22 e 23 do livro” Não me toca, seu boboca” escrito por Andrea Taubman e ilustrado por Thais Linhares.....	44
Figura 10: Reprodução das páginas 24 e 25 do livro” Não me toca, seu boboca” escrito por Andrea Taubman e ilustrado por Thais Linhares.....	45
Figura 11: Reprodução das páginas 26 e 27 do livro” Não me toca, seu boboca” escrito por Andrea Taubman e ilustrado por Thais Linhares.....	46

Figura 12: Reprodução das páginas 28 e 29 do livro “ Não me toca, seu boboca” escrito por Andrea Taubman e ilustrado por Thais Linhares.....	46
Figura 13: Reprodução das páginas 30 e 31 do livro “ Não me toca, seu boboca” escrito por Andrea Taubman e ilustrado por Thais Linhares.....	47
Figura 14: Reprodução das páginas 32 e 33 do livro “ Não me toca, seu boboca” escrito por Andrea Taubman e ilustrado por Thais Linhares.....	47
Figura 15: Reprodução das páginas 34 e 35 do livro “ Não me toca, seu boboca” escrito por Andrea Taubman e ilustrado por Thais Linhares.....	48
Figura 16: Reprodução das páginas 1 e 2 do livro “Leila” escrito por Tino Freitas e ilustrado por Thais Beltrame.....	49
Figura 17: Reprodução das páginas 3 e 4 do livro “Leila” escrito por Tino Freitas e ilustrado por Thais Beltrame.....	50
Figura 18: Reprodução das páginas 5 e 6 do livro “Leila” escrito por Tino Freitas e ilustrado por Thais Beltrame.....	51
Figura 19: Reprodução das páginas 7 e 8 do livro “Leila” escrito por Tino Freitas e ilustrado por Thais Beltrame.....	51
Figura 20: Reprodução das páginas 9 e 10 do livro “Leila” escrito por Tino Freitas e ilustrado por Thais Beltrame.....	52
Figura 21: Reprodução das páginas 11 e 12 do livro “Leila” escrito por Tino Freitas e ilustrado por Thais Beltrame.....	53
Figura 22: Reprodução das páginas 23 e 24 do livro “Leila” escrito por Tino Freitas e ilustrado por Thais Beltrame.....	54
Figura 23: Reprodução das páginas 25 e 26 do livro “Leila” escrito por Tino Freitas e ilustrado por Thais Beltrame.....	54

Figura 24: Reprodução das páginas 27 e 28 do livro “Leila” escrito por Tino Freitas e ilustrado por Thais Beltrame.....	54
Figura 25: Reprodução das páginas 29 e 30 do livro “Leila” escrito por Tino Freitas e ilustrado por Thais Beltrame.....	55
Figura 26: Reprodução das páginas 31 e 32 do livro “Leila” escrito por Tino Freitas e ilustrado por Thais Beltrame.....	56
Figura 27: Reprodução das páginas 33 e 34 do livro “Leila” escrito por Tino Freitas e ilustrado por Thais Beltrame.....	56
Figura 28: Reprodução das páginas 39 e 40 do livro “Leila” escrito por Tino Freitas e ilustrado por Thais Beltrame.....	57
Figura 29: Reprodução das páginas 41 e 42 do livro “Leila” escrito por Tino Freitas e ilustrado por Thais Beltrame.....	58
Figura 30: Capa do livro “Leila” escrito por Tino Freitas e ilustrado por Thais Beltrame.....	58

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

ASI – Abuso Sexual Infantil

EPSJV – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

MEC – Ministério da Educação

OLPT – Oficina de Leitura e Produção Textual

OMS – Organização Mundial de Saúde

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	18
<b>2. POR QUE DISCUTIR TEMAS SENSÍVEIS NA INFÂNCIA?</b>	23
<b>3. A VIOLÊNCIA SEXUAL COMO PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA</b>	31
<b>4. A LITERATURA COMO POSSIBILIDADE DE DIÁLOGO PARA O ENFRENTAMENTO DA VIDA: UMA ANÁLISE DE “NÃO ME TOCA, SEU BOBOCA” (2020) E DE “LEILA” (2019)</b>	36
4.1. “NÃO ME TOCA, SEU BOBOCA” (2020)	37
4.2. “LEILA” (2019)	49
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	59
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	60

## 1. INTRODUÇÃO

Durante o desenvolvimento humano, a infância é o período delimitado pelo nascimento até a pré-adolescência, que vai de 0-12 anos. No entanto, ao longo das fases da vida, a infância pode ser associada a um período de descobertas a partir do momento em que a criança está inserida na mesma sociedade que um adulto.

Embora desfrutem da mesma realidade, a Constituição de 1988, em seu artigo 227, assegura, dentre outros, o direito à vida e à saúde. De acordo com a Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990, artigo 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) em seu Título II - Dos Direitos Fundamentais, espera-se que a criança esteja “a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”.

Apesar de a dignidade humana ser o esteio da Constituição Federal, inúmeras problemáticas da sociedade têm afligido a realidade infantil, como a violência sexual. Neste contexto, a violência é definida como o uso de força física ou poder, em nível de ameaça e na prática, contra si mesmo, outro indivíduo e contra uma comunidade ou grupo, que cause ou possa causar danos, como, morte, sofrimento, dano psicológico entre outros (OMS, 2002, p. 4).

Uma das formas mais graves de violência praticada contra crianças e adolescentes é delimitada pelo abuso sexual infantil (ASI) (VILAR *et al.*, 2021). Este fenômeno complexo e multicausal é definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 1999) como se segue:

Abuso sexual infantil é todo envolvimento de uma criança em uma atividade sexual na qual não compreende completamente, já que não está preparada em termos de seu desenvolvimento. Não entendendo a situação, a criança, por conseguinte, torna-se incapaz de informar seu consentimento. São também aqueles atos que violam leis ou tabus sociais em uma determinada sociedade. O abuso sexual infantil é evidenciado pela atividade entre uma criança com um adulto ou entre uma criança com outra criança ou adolescente que pela idade ou nível de desenvolvimento está em uma relação de responsabilidade, confiança ou poder com a criança abusada. É qualquer ato que pretende gratificar ou satisfazer as necessidades sexuais de outra pessoa, incluindo indução ou coerção de uma criança para engajar-se em qualquer atividade sexual ilegal. Pode incluir também práticas com caráter de exploração, como uso de crianças em prostituição, o uso de crianças em atividades e materiais pornográficos, assim como quaisquer outras práticas sexuais (OMS, 1999).

Nesta definição, a generalização dos atos (exibicionismo, toques ou intercurso sexual) que configuram o abuso sexual permite que atos tidos como menos graves, tal como a exibição sexual na presença de crianças sejam, eventualmente, enquadrados como ASI. No entanto, a

atribuição a ASI pode ser mais bem caracterizada ao levar em consideração outros elementos que descrevem o fenômeno, como a presença de um poder diferencial do agressor sobre a vítima, cuja capacidade de resposta ou enfrentamento à situação é comprometida (seja por não compreender a situação ou por ser violentada fisicamente etc.) (AMAZARRAY e KOLLER, 1998).

Como consequência da vulnerabilidade da vítima em um cenário de ASI, há uma maior susceptibilidade a lesões físicas e riscos de adquirir doenças sexualmente transmissíveis, como a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e a gravidez indesejada. Além disso, outros impactos podem ser gerados também sobre a saúde mental, bem como no âmbito comportamental e social, como distúrbios sexuais, prostituição, uso de drogas, depressão e suicídios. Desse modo, a violência sexual adquire um caráter endêmico, sendo considerada um problema de saúde pública, uma vez que o conceito de saúde pública “diz respeito a consciência desenvolvida, por parte da comunidade, da importância de seu papel na promoção da saúde, prevenção e tratamento da doença” (ROSEN, 1994).

No Brasil, a violência sexual, infelizmente, está presente na vida de milhares de crianças de modo a atingir, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022, no ano de 2020 para 2021, um aumento no número de casos de estupro passando de 14.744 para 14.921 casos registrados (BRASIL, 2022). Além disso, os dados apresentados pelo *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil* (UNICEF, 2021) indicam que entre 2017 e 2020 em torno de 180 mil casos de estupro registrados envolviam menores de 19 anos, dos quais 62 mil vítimas pertencem à faixa etária de até 10 anos e destes, aproximadamente 80% eram meninas. Nestes casos, foi relatado também que a maioria das vítimas conhecia o autor e o fato havia acontecido em ambiente familiar.

Entretanto, principalmente em tempos de pandemia, segundo De Carli, Porfírio e Figueiredo (2022), o número de denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes mostrou-se subnotificado. Tal cenário pode estar ligado a diferentes fatores, como, por exemplo, questões de ordem cultural e até mesmo a incapacidade das crianças em relatar o ato devido à falta de coragem, insegurança ou medo, ou ainda, pela ausência da ciência de tal temática. Além desses fatores, a ausência de diálogo contribui para o silenciamento dessa violência sexual, visto que, na medida em que as crianças crescem, elas vão criando, de forma inconsciente, defesas, camadas de proteção que, se por um lado as resguardam, por outro vão

encobrendo suas verdadeiras emoções e sentimentos que vão sendo “abafados”, reprimidos, escondidos, quando não destruídos (FRIEDMANN, 2020).

Percebe-se, desse modo, que, dentre os possíveis fatores associados à subnotificação, ainda há um tabu referente ao assunto e a imposição de barreiras frente às situações vividas pelas vítimas, em sua grande maioria, por desinformação. Neste cenário, o abuso está imerso em sentimentos, como medo, culpa e vergonha, cuja assimilação e administração tornam-se ainda mais difíceis para crianças desinformadas e desprotegidas (DA CRUZ, 2021).

O ASI, no entanto, não se trata de responsabilidade apenas da área de saúde, da área jurídica ou familiar. Cabe considerar também a escola, como uma importante instância, dar ciência e promover o pensamento crítico de maneira efetiva sobre o assunto: colegas e os professores podem ser associados como símbolos de apoio e segurança para a vítima em questão (DA CRUZ, 2021). Ainda, no ambiente escolar, outra forma de mostrar o ASI é por meio da literatura infantojuvenil e do hábito da leitura. Essas duas últimas abordagens contribuem com o desenvolvimento de crianças desde a primeira infância, fundamentando sua formação pessoal, tornando-as mais conscientes, empáticas e solidárias, de modo a emancipar sua forma de lidar com as questões de forma ética, assim como tratar adequadamente suas emoções ao longo do seu desenvolvimento e amadurecimento (DA CRUZ, 2021).

Neste processo gradual, a literatura infantil transmite cultura, reproduz padrões de comportamento, regras e valores da sociedade por meio de seus contos. Desse modo, por meio dessas histórias, é possível desmistificar tabus que estariam relacionados aos fatos vivenciados pelos personagens, a fim de ajudar o leitor a traçar um paralelo do lúdico com a realidade, permitindo entender o cotidiano social e contribuir na resolução de conflitos internos (VILAR *et al.*, 2021).

Ao abordar contos de fada, Bettelheim (2002) aponta para a possibilidade de a criança poder embasar seu sofrimento com conhecimentos, já que quanto mais alternativas ficcionais forem oferecidas para tais leitores, maior será a sua capacidade em elaborar, organizar e contornar seus dramas. Com isso, os contos infantojuvenis desencadeiam emoções e encantamento e, concomitantemente, possibilitam a aquisição de novas habilidades, novos conceitos e quebras de paradigmas de modo a apresentar às crianças a realidade em que estão inseridas sem perder a ludicidade que é conferida à inocência das crianças (CALDIN, 2003).

Este mundo lúdico pode, portanto, atuar como prevenção, denúncia ou fortalecimento diante de uma situação de ASI, contribuindo na reversão do silêncio relatado em subnotificações ao desmistificar o ASI no cotidiano (DA CRUZ, 2021). E, diante disso, a linguagem pode ser considerada uma das formas de contribuição e atuação no campo da saúde para a discussão e conscientização sobre a violência sexual na infância. Para tanto, a linguagem pode ser desenvolvida a partir do trabalho com livros infantis que abordem tal temática.

É importante destacar ainda que não se trata de pôr em paralelo literatura e saúde pública, mas de pensar os corpos atravessados tanto pela forma como pelo sentido, posto que o corpo da linguagem e o corpo do sujeito estão ligados ao corpo social. Nossa possibilidade de se relacionar com os corpos reais que estão na nossa sociedade está na construção de espaços de diálogos entre diferentes áreas do conhecimento. Nessa direção, a leitura literária pode ser um elemento estruturante na constituição de vínculos sociais entre adultos e crianças e na superação de violações e violências e, portanto, na reconquista de direitos.

Ao longo da minha formação na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnica-científica da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), tive uma visão e um entendimento sobre diversos temas debatidos nas aulas de Oficina de Leitura e Produção Textual (OLPT). Dentre eles, o abuso sexual infantil, que denota a violação corporal de crianças e adolescentes, foi o mais impactante por ser uma temática que considerava difícil de ser ouvida ou falada. Este fenômeno complexo e multicausal atinge milhares de vítimas em nosso país e é considerado um sério problema de saúde pública devido ao surgimento de lesões e doenças resultantes da coerção sexual, impactos sobre a saúde mental, comportamental e social. Diante disso, foi instaurada uma profunda indagação sobre o porquê de tal assunto não ter sido exposto ao longo da minha infância nem pela minha família, nem pela escola durante a Educação Infantil ou o Ensino Fundamental.

Em consideração a esses questionamentos, culminou-se a elaboração da presente monografia, a qual tem como objetivo geral contribuir para o entendimento, conscientização e debate do abuso sexual infantil através de livros infantojuvenis, destacando a importância da temática no contexto da saúde pública e desenvolvimento da criança. Já os objetivos específicos são: apresentar conceito de abuso sexual infantil; refletir sobre a subnotificação a partir de um processo de silenciamento; compreender o papel de livros infantojuvenis na construção de conhecimento e do pensamento crítico sobre o abuso sexual infantil por meio de fatos do

cotidiano e analisar duas narrativas do ponto de vista verbal e visual que tematizam abuso sexual infantil: “Não me toca, seu Boboca!” (2020) e “Leila” (2019).

Considerando, portanto, os objetivos da pesquisa, a escolha das obras que compõe nosso *corpus* tem a ver com o fato de que ambas foram produzidas a partir de fatos presentes na sociedade: “Não me toca, seu boboca” é uma narrativa criada a partir do contato da autora com crianças que sofreram tal abuso; já “Leila” a partir de um gesto de homenagem à trajetória da nadadora Joana Maranhão, vítima de abuso sexual infantil pelo seu treinador.

O projeto orienta-se teórico e metodologicamente pela análise de Discurso Materialista nos termos de Eni Orlandi. Como nos diz Orlandi (2012, p. 21), “as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados”. Discurso é definido como “efeito de sentido entre locutores, cuja base material é a língua” (cf. ORLANDI, *idem*). Podemos dizer que discurso não é língua, nem é texto, tampouco fala, mas precisa de elementos linguísticos para ter uma existência material. Nossa questão tem a ver com o modo como a literatura pode dialogar com a saúde para interferir no processo de silenciamento construído em torno da temática do abuso sexual na infância. Nessa direção, nos interessa o processo que faz a leitura significar.

Ao longo desse percurso, espera-se promover o pensamento crítico acerca da violência pela qual as crianças têm sua infância atravessada, tornando-as aptas para discernir situações de risco, bem como para combater a negligência familiar na fase infantil. A busca por estratégias para enfrentar essa grave situação pode ajudar a diminuir a subnotificação de casos ao adotar, por exemplo, a leitura literária como forma de conscientização, de prevenção.

## 2. POR QUE DISCUTIR TEMAS SENSÍVEIS NA INFÂNCIA?

Aliada à prática conversacional com a criança e ao hábito de contar histórias desde os primeiros anos de vida, a literatura é um dos melhores instrumentos para proporcionar a possibilidade de se construir seres humanos autônomos e críticos (DE MELO e DALVI, 2021; RODRIGUES e DE SOUZA, 2020). Graças ao gradual domínio da palavra e da competência literária que a leitura propicia, os leitores podem criar relações com a época histórica em que a obra foi escrita e com as imagens que, muitas vezes, falam mais do que o texto verbal (GOMES, 2007).

A literatura garante, dessa forma, o acesso ao caráter dual da realidade, onde o mundo ora é relatado como um lugar muito bonito ou um lugar muito duro. Os livros infantis devem abordar ambos os rostos se quiserem ser sinceros (DE MELO e DALVI, 2021). A censura pode acarretar em apagamentos de temáticas importantes. O art. 179 da Constituição de 1824, em seu inciso IV, indica que:

Todos podem comunicar os seus pensamentos, por palavras, escritos, e publicá-los pela Imprensa, sem dependência de censura; com tanto que hajam de responder pelos abusos, que cometerem no exercício deste Direito, nos casos, e pela forma, que a Lei determinar. (Transcrição *ipsis litteris*) (CAMPANHOLE e CAMPANHOLE, 1976, p. 542).

É notório que o silenciamento de temáticas como o abuso sexual infantil pode vir de uma possível censura por meio da sociedade, fazendo com que essa problemática se mantenha enraizada. Dolto (2005) mostra a importância das palavras no que se refere a esse tema, nos espaços e tempos com os quais a criança se relaciona (casa e escolas), destacando o quão nocivo é o silêncio para a criança. Nesse sentido, a limitação ou impedimentos de leituras literárias (com seu alto poder metafórico) que abordem temáticas difíceis, que recriam esses difíceis processos, é nociva (DE MELO e DALVI, 2021).

Na perspectiva sobre a leitura literária nos espaços escolares, afirma-se:

as denúncias de violências de gênero – e, particularmente, de crimes de estupro – são constantemente uma nova agressão, visto que as vítimas são desacreditadas e contestadas: “A falta de informação dificulta que se alcance a punição. A violência de gênero é naturalizada na sociedade, e acaba por reforçar um sistema de impunidade”, isso porque “A subnotificação é fruto do medo, da vergonha e do julgamento que acompanha as denúncias. É inadmissível a vítima se sentir culpada. Nada justifica uma violência” [...] é possível inferir que o silenciamento em torno de questões como o incesto e o abuso sexual intrafamiliar é, entre outras causas, o que o promove e mantém (DALVI, 2012 *apud* DE MELO e DALVI, 2021, p. 221).

Destaca-se a necessidade de trabalhar com textos literários em escolas brasileiras como uma forma reflexiva com a problematização de tais temas. Desse modo, partindo-se de uma reflexão estética, em que há a correlação do objeto artístico e a sociedade, é possível alcançar um melhor entendimento das relações humanas (DALVI, 2019 *apud* DE MELO e DALVI, 2021). A escola é um local de muita significância de trocas sociais da criança, ajudando a formar uma subjetividade dela mesma (DALVI, 2019 *apud* DE MELO e DALVI, 2021). Nesse sentido, realizar o apagamento de diferentes temas, desrespeita a lei, como consta no Art. 227 da Constituição:

[...] É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

[...] sempre visando à tutela da própria criança, o Direito estabelece normas que traçam diretrizes a respeito de algumas condições que os adultos no entorno da criança devem observar. De um lado, a preservação das crianças contra conteúdos considerados impróprios para sua idade. De outro, a promoção do seu direito à educação e à cultura, levando em conta que seu progressivo desenvolvimento a direciona para a inserção definitiva na vida adulta com a maioridade. Isso exige um equilíbrio delicado, que é a receita para polêmicas.

[...]As polêmicas em torno da literatura infantojuvenil fornecem material incomparável para a reflexão sobre o direito da criança à cultura, seja em face do Estado, seja em face do poder familiar, como nos interessa mais especificamente. Em um ou outro caso, desafiar os adultos a explicarem o que há de errado com uma história escrita vislumbrando o público infantojuvenil pode alcançar confissões inconfessáveis (SÊCO, 2019, p. 250, 255 *apud* DE MELO e DALVI, 2021).

Nesse cenário, pode-se citar o recolhimento do livro “Enquanto o sono não vem” (BRANT, 2003) pelo Ministério da Educação (MEC) do Brasil, em 2017. Essa obra literária, publicada pela editora Rocco, com ilustrações de Ana Maria Moura, foi distribuída em 2014 pelo MEC às escolas no âmbito de uma política pública orientada à alfabetização infantil (6 a 8 anos). Dentre os nove textos incluídos na obra, o conto “A triste história de Eredegalda” e a forma como foi recebido pelos que o consideram impróprio precisam ser entendidos como desvelamento de uma época, como mostra Fernandes e Platt (2019):

O conteúdo da obra traz à tona o simbolismo da arbitrariedade do poder, do egoísmo, da injustiça e da falta de solidariedade, com matizes na sua forma e conteúdo que a

aproximam de textos de circulação da cultura popular. No entanto, na opinião dos “partidários do Sem Partido”, ela é tomada de um sentido puramente denotativo, revestindo-se de um conteúdo imoral. Por se tratar de um conto maravilhoso, cuja fantasia e ficcionalidade são um a priori, a denúncia da crueldade enfatizada na história reitera o trauma humano do abandono, que poderia ter sido neutralizado com a solidariedade das irmãs, com a presença firme da mãe, com o salvamento dos cavaleiros que não chegaram a tempo. Assim, todos os três falham e a heroína morre, por conta da perversidade de um pai aprisionador e arbitrário. A narrativa, nos moldes do cordel, humaniza porque inspira o sentimento altruísta, chamando a atenção para o sofrimento da heroína e para a necessidade de um posicionamento diante da tirania. O tom humanizador ainda reside na demonstração de que a vítima é produto tanto da justiça irresoluta como da indiferença (FERNANDES e PLATT, 2019, p. 219-235).

A literatura, então, segue enquanto possibilitadora e instauradora do nascimento e da continuidade de discursos, que podem surgir nos espaços onde a violência se encontra. Por este motivo, atacá-la é manter velados os temas que circulam na sociedade (DE MELO e DALVI, 2021). É importante entender que a literatura não é inofensiva, visto que problematiza e traz manifestações em diferentes campos de saberes, como Candido (1995) retrata:

[...] não é uma experiência inofensiva, mas uma aventura que pode causar problemas psíquicos e emocionais, como acontece com a própria vida, da qual é imagem e transfiguração. Isto significa que ela tem papel formador da personalidade, mas não segundo as convenções; seria antes segundo a força indiscriminada e poderosa da própria realidade. Por isso, nas mãos do leitor pode ser fator de perturbação e mesmo de risco. Daí a ambivalência da sociedade em face dele, suscitando por vezes condenações violentas quando ele veicula noções ou oferece sugestões que a visão convencional gostaria de proscriver. No âmbito da instrução escolar o livro chega a gerar conflitos, porque o seu efeito transcende as normas estabelecidas (CANDIDO, 1995, p. 178 *apud* DE MELO e DALVI, 2021).

Quem opta pelo trabalho com crianças deve saber atentar-se aos dados reais sobre as violências que existem e deve ser capaz de dar possíveis aconselhamentos, caso surja narrativas de abusos nos ambientes familiares (DE MELO e DALVI, 2021). O autoritarismo, a violência e a tirania se instalam onde reina o silêncio. No campo de ação da sociedade do capitalismo, em que tudo é convertido em mercadoria e lucros, e, assim, em coisa, a desumanização absoluta é justamente o silêncio total.

Além do conto de Eredelgada, podemos citar três exemplos recentes em que a censura, o apagamento de obras vem sendo praticados pelo Estado: a determinação do ex-prefeito da cidade do Rio de Janeiro para retirar de circulação o livro “Vingadores: a cruzada das crianças” durante a da Bienal do Livro de 2019, o Programa Conta pra Mim, que faz parte da Política Nacional de Alfabetização (PNA), lançado em abril de 2019 ainda na gestão de Bolsonaro e que ainda não foi

revogado e a determinação do governo do Estado de Santa Catarina para retirada de um conjunto de obras literárias das bibliotecas de escolas estaduais noticiada em novembro de 2023. Nosso objetivo ao mencionar esses fatos não é analisá-los ou detalhá-los. Nosso interesse é o de evidenciar que a literatura é um direito e que relacioná-la à censura, à interdição é violar esse direito.

Silenciar uma obra que trata o incesto e a violência de gênero mostra mais sobra como a sociedade é, do que para a obra em si (DE MELO e DALVI, 2021). Silenciar, interditar, censurar, uma obra que reproduz uma narrativa mostrada ao longo dos séculos pela cultura oral, uma narrativa muito simbólica, utilizando-se do argumento de “proteção aos direitos da criança” é uma solução absurda da questão: trata-se de confundir proteção com confinamento, deixando as crianças distantes das leituras que tratam temas difíceis e sensíveis, mas, tais temas se encontram presentes em nossa sociedade (DE MELO e DALVI, 2021). Essa reflexão mais geral nos interessa especificamente para pensar a dificuldade envolvido do tratamento do tema relacionado ao abuso sexual infantil.

“Delicado” e “difícil”. Essas são as primeiras palavras ditas na maioria das vezes quando se fala sobre o Abuso Sexual Infantil. A temática que ainda é vista como um tabu na sociedade permanece silenciada enquanto, a cada 15 minutos, uma criança sofre violência sexual no país, das quais 51% tem até 5 anos (UNICEF, 2021).

Distante de ser um cenário inédito, a violência percebida como desrespeito aos direitos humanos fundamentais tem sido reverberada ao longo da história da humanidade. Historicamente, em face da fragilidade física e psíquica da criança frente ao adulto, a cruel posição de vítima vem sendo reservada à criança, especialmente nos primeiros anos de vida (AZAMBUJA, 2004). Em contraste aos tempos modernos, as formas com que a violência chega até a criança podem até ter sido modificadas, porém o meio pelo qual se pratica essa violência não diminui o sofrimento. O fato é que criminosos continuam praticando violências contra crianças (ZAPELINI, 2010). Nas palavras de Cristiane Antunes Espindola Zapelini:

As crianças deficientes, meninas, pobres e negras encontram-se com as violências muito cedo. Práticas de abandono e exploração do trabalho infantil eram comuns aos olhos de toda a sociedade. Essa constatação histórica contribui para marcar o silêncio devastador que é impingido às crianças e aos adolescentes, sublimando seus desejos, amordaçando seus pedidos de socorro quando são violentados, adestrando seus pensamentos e reduzindo os espaços em que vivem para dificultar a aprendizagem essencial de ser sujeito da própria história (ZAPELINI, 2010, p. 16-17).

Em meio à lei do silêncio estruturalmente construída, a diferença de forças nas relações de abuso no contexto de hierarquia familiar, bem como a falta de estrutura estatal para acolher tais vítimas conduz para uma conjuntura preocupante que aparece explicitada em uma frase atribuída a Martin Luther King: “O que me preocupa não é o grito dos maus, mas o silêncio dos bons”, o que problematiza a ideia de que é sob o silêncio que alguns dos maiores crimes acabam perpetrados. No Brasil, em especial, a combinação entre pobreza e desigualdade é brutal e compromete os direitos da população infantojuvenil e, conseqüentemente, suas possibilidades de romper com o ciclo histórico de violações e violências.

A problemática do abuso sexual, quando abordada pela literatura infantil, é agregada a uma dimensão que só a arte pode fornecer junto aos pequenos leitores: permitem-se observar através de uma visão lúdica e, assim, ganham a visibilidade que merecem na sociedade (GRAZIOLI, 2020). A literatura então, vem como forma de prevenção e compreensão da criança que já sofreu ou sofre abuso sexual infantil e meio de mensurar as situações de risco. É o caso das obras “Não me toca, seu boboca!” (2020) e “Leila” (2019), livros ilustrados, com textos, respectivamente, de Andrea Taubman e ilustrações de Thais Linhares e de Tino Freitas e ilustrações de Thais Beltrame.

O primeiro livro a ser analisado, “Não me toca, seu boboca!”<sup>1</sup>, fornece o incômodo de levar o olhar à criança, não banalizar o estupro e ouvir à vítima. Como detalhado por Andrea Taubman:

“Desde o início eu sabia que, para alcançar a emoção das crianças sem assustá-las, precisaria trabalhar com um texto rimado, narrado por uma criança, em primeira pessoa. Foi um caminhar constante sobre o fio da navalha: como falar o que precisa ser falado, sem deixar de dizer o necessário, sem nomear partes do corpo, sem tipificar o abusador nem as crianças (o que foi resolvido com os personagens que são ilustrados como animais humanizados), sem recorrer a personagens (principalmente adultos) que pudessem levar soluções mágicas e, ao mesmo tempo, não deixar de contar uma história literária, de forma lúdica, com a voz da infância que a literatura infantil requer. A história precisava ser uma “história de quase” (essa é a forma como tenho contado “Não me toca, seu boboca!” para as crianças; ou seja, que uma coisa muito ruim “quase” aconteceu, mas que acabou não acontecendo). Para resolver isso tudo, criei a nossa protagonista-narradora Ritoca, que, por perceber as intenções do abusador, grita NÃO a tempo de interromper a ação e alertar seus amigos sobre o perigo” (BLOG LEITURINHA, 2021).

---

<sup>1</sup> Vale relatar que, no início do desenvolvimento desse projeto, tive a oportunidade de ter um contato direto com a escritora Andrea Taubman em uma roda de leitura. Nesta ocasião, a história do livro foi desmembrada de acordo com a visão da autora, permitindo a construção de uma melhor perspectiva sobre a obra literária.

Por meio dessa narrativa, a criança, vítima ou não, que entra em contato com a obra, beneficia-se dos recursos verbais e visuais que a compõem, aprofundando-se na leitura com ferramentas intelectuais e emocionais que permitem observar a sua realidade de modo diferente e até reagir quando as adversidades se colocarem em seu caminho (GRAZIOLI, 2020). Com base nisso, Andrea Taubman descreve o processo criativo de seu livro:

“Não me toca, seu boboca!” foi meu 12º livro publicado, porém foi o quarto a ser escrito. Nasceu de um desejo de minha alma. Fui voluntária em abrigo temporário para crianças em situação de risco social, vítimas de maus-tratos. Foi lá que conheci crianças que tinham sido vítimas de abuso sexual. O olhar delas, tão desesperançado, me mobilizou muito. Sou mãe de dois meninos e essa questão era aflitiva. Como falar de algo tão horrível para as crianças? Foi por essas duas razões, principalmente, que escrevi esta história. Pelo desejo sincero de ajudar as famílias (e a sociedade como um todo) a abrir esse diálogo para que isso não aconteça com nenhuma delas e para, de alguma forma, acolher aquelas que já tenham passado por esse flagelo” (TAUBMAN, 2021).

A autora destaca a fragilidade em abordar o tabu do abuso sexual infantil ao mesmo tempo em que acolhe a vítima e a instrui. Assim, através de sua obra, a criança leitora pode se beneficiar de uma proposta literária durante a infância que não pretende subordiná-la aos padrões enraizados, mas libertá-la da opressão (YUNES, 1989).

Em contrapartida, a obra literária “Leila” encoraja as vítimas do abuso sexual infantil a encontrarem a sua própria voz ao se inspirar na história de um episódio testemunhado pela nadadora brasileira Joanna Maranhão. A vítima em questão relatou ter sofrido violência sexual quando criança pelo próprio treinador. Sua história também inspirou a lei nº 12.650/2012, de 17 de maio de 2012, que determina que o prazo de prescrição nos crimes contra dignidade sexual praticados contra crianças e adolescentes comecem a ser contado da data em que a vítima completar 18 (dezoito) anos de idade, salvo se a ação penal tiver já iniciado em data anterior.

Nesse livro, o autor ultrapassa a barreira do desconhecido, saindo de uma condição privilegiada de homem que nunca sofreu tal abuso a uma posição que busca entender a vítima com outro olhar. Para isso, Tino Freitas realizou uma extensa pesquisa em revistas e relatos sobre a mudança de comportamento que o abuso sexual pode gerar nas vítimas, voltando o olhar às mesmas e destacando a importância de dar voz e fazê-la ser ouvida. Segundo seu relato à jornalista Jacqueline Elise, da UOL:

"Eu posso transpor minha dor de violência para um assalto. Isso foi algo pelo qual eu

passai e que eu posso guardar na memória. Mas, enquanto homem, eu não sofro alguns tipos de violência. Então eu precisava me “banhar” nessa sensação do que é o abuso para que eu pudesse escrever sobre a experiência de uma menina -- não que o homem não seja abusado também, mas, nas estatísticas, elas são maioria” (ELISE, 2019).

As evidências destacadas por Tino Freitas são corroboradas pelos dados da ONU em que cerca de 1 bilhão de crianças no mundo são vítimas da violência todos os anos, das quais 74,2% são do sexo feminino, enquanto 25,8% são do sexo masculino, 51,2% estão na faixa etária de 1 a 5 anos e 3,3% possuem alguma deficiência ou transtorno (ONU, 2020).

Em meio a esse contexto, a obra aborda o abuso sexual de modo sensível por meio da ilustração, em que o texto, as imagens e o projeto gráfico entram em sintonia para uma melhor compreensão da criança. O uso de animais marinhos humanizados nas ilustrações durante a formação narrativa de Freitas e Beltrame animais marinhos descrevem a sociedade humana, favorecendo uma comunicação imediata com os leitores (GRAZIOLI, 2020). Essa abordagem delicada e alternativa ao uso de imagens explícitas e chocantes de abuso é relatada pela ilustradora:

"O personagem do Barão era um tubarão antes. Eu achei isso problemático porque o tubarão já tem essa imagem de predador, de 'monstro'. E eu quis trazer para a história que, em geral, não é isso que acontece na prática: o abusador é, na maioria das vezes, um conhecido, alguém que a pessoa confia, que parece incapaz de fazer uma maldade dessas. Foi aí que eu sugeri que o Barão se tornasse um polvo que, ainda por cima, é menor que a baleia, para parecer mais inofensivo à primeira vista... O Tino já tinha na cabeça que a Leila iria para o fundo do mar depois do abuso para depois voltar à superfície. A gente estabeleceu que o fundo não é necessariamente um vazio, então procuramos símbolos que pudessem mostrar angústia, como o navio encalhado no fundo do mar, o lixo nas profundezas. Tem horas que não há palavras para explicar o sentimento. Essa é a importância de deixar a imagem falar, porque é um sentimento que muitos não conseguem nem nomear” (ELISE, 2019).

Uma literatura quando se é compartilhada cria uma grande intimidade que fortalece vínculos afetivos e conseqüentemente possibilita conversas mais delicadas (TAUBMAN, 2021). Os livros podem ser uma ferramenta extremamente poderosa para educar as crianças, pais, cuidadores e professores sobre tal temática, ajudando na promoção da conscientização, identificação de sinais de abuso e o empoderamento/ encorajamento das crianças para protegerem-se. Como Andrea Taubman relata:

“...enquanto o tema for considerado “ousado”, um pequeno está sendo abusado...Não podemos subestimar a intuição das crianças, muito pelo contrário: devemos ouvi-las atentamente, encorajá-las e empoderá-las, oferecendo amor, atenção e informação. Para

mim, essa é a melhor maneira de fortalecer os vínculos e protegê-las de possíveis assédios e violências (TAUBMAN, 2021).”

É muito comum que os adultos tenham receio de abordar temas que consideram difíceis. Nessa direção, vale a reflexão: existem temas difíceis quando, na verdade, esses temas estão presentes no nosso cotidiano? Por que a arte e a literatura devem ser deslocadas da vida? Aquilo que não é falado, não é pensado e, por consequência, não é compreendido. O mundo existe trabalhado pela linguagem. A literatura, enquanto arte, é linguagem.

### 3. A VIOLÊNCIA SEXUAL COMO PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA

Muitas culturas mantêm crenças, normas e instituições sociais que tentam justificar o ato da violência, fazendo com que ela se perpetue. Essas justificativas nascem, frequentemente, de certas normas sociais que definem papéis e responsabilidades dos pais ou responsáveis com relação aos filhos, das quais uma das mais comuns atualmente é a violência física socialmente banalizada, já que o bater ainda é utilizado como uma forma de educar, de modo que qualquer intervenção que afronte o discurso dos pais é considerada errada (GONÇALVES e FERREIRA, 2002). Como consequência, milhares de crianças e adolescentes já sofreram alguma forma de violência durante a sua vida.

De acordo com a OMS, apenas uma em cada vinte agressões contra crianças e adolescentes é denunciada. Nesse cenário, a violência intrafamiliar contra a criança e ao adolescente é considerada como um grave problema de saúde pública, além de ser uma violação de direitos humanos (GONÇALVES e FERREIRA, 2002). A violência sexual então deixa de ser só mais uma problemática da sociedade e se torna um problema de saúde pública.

Como consequência da criança e adolescente estar inserido na mesma sociedade de um adulto, problemas como a violência, mais especificamente o abuso sexual infantil, pode estar presente em suas vidas. A violência é um fenômeno relatado desde a Antiguidade, cuja complexidade dinâmica emerge da vida em sociedade (FILHO, 2001). Para Chauí (1985), a violência não é uma violação ou transgressão de normas, regras e leis, mas sim a conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, exploração e opressão, que se efetiva na passividade e no silêncio. Ela se mostra ligada ao poder, pois se um domina de um lado, do outro está o sujeito, violentado. Nessa condição, portanto, fica estabelecida uma relação de forças em que um polo se caracteriza pela dominação e o outro pela coisificação. Porém, nem a violência nem o poder são fatores naturais, intrínsecos ao ser humano.

Logo, compreender a violência implica em analisá-la historicamente com a interface de questões sociais, morais, econômicas, psicológicas e institucionais em geral (MINAYO, 1994). A OMS (1999), ao referir-se à violência sexual em que a vítima é uma criança ou um adolescente, adota o termo abuso sexual infantil:

Abuso sexual infantil é o envolvimento de uma criança em atividade sexual que ele ou ela não compreende completamente, é incapaz de consentir, ou para a qual, em função de seu desenvolvimento, a criança não está preparada e não pode consentir, ou que viole as leis ou tabus da sociedade. O abuso sexual infantil é evidenciado por estas atividades entre uma criança e um adulto ou outra criança, que, em razão da idade ou do desenvolvimento, está em uma relação de responsabilidade, confiança ou poder (Organização Mundial de Saúde - OMS -, 1999, p. 7).

Nesta definição, entende-se a relação de violência e o desencadeamento do abuso sexual infantil, em que "(...) qualquer ação ou omissão que provoque danos, lesões ou transtornos ao seu desenvolvimento, pressupõe uma relação de poder desigual e assimétrica entre o adulto e a criança" (Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF -, 2005, p. 2). A violência é uma violação do direito de liberdade, do direito de ser sujeito da própria história, uma vez que a liberdade é uma capacidade e um direito fundamental do ser humano. A violência seria, então, toda e qualquer forma de opressão, de maus-tratos e de agressão, tanto no plano físico como no emocional, que contribui para o sofrimento de uma pessoa (ARAÚJO, 2002).

Neste cenário, informar e não tratar o abuso sexual infantil como um tabu pode ser uma das soluções para a subnotificação de casos. Para isso, o envolvimento dos profissionais e a construção de vínculos afetivos são de extrema importância no acolhimento de crianças violentadas. Neste processo, destaca-se a necessidade de curso de capacitação/sensibilização de profissionais com abordagem nas áreas de Educação, Justiça e Saúde para informá-los sobre a imensa e invisível problemática da violência (TAVARES, 2004), bem como para forjar um condicionamento técnico e psicológico adequado para o profissional habilitado em um atendimento eficiente à vítima (MINAYO, 2006). Partindo desse ponto de vista social, educar parte da ideia de violentar visto que a violência está presente na vida de milhares de crianças, desse modo, a violência a que estão sendo submetidas essas crianças e adolescentes acontece na maioria dos casos dentro de seus lares e é perpetrada, na grande pluralidade das vezes, por quem deveria amá-los, educá-los e respeitá-los, no entanto os maltratam, machucam e violentam brutalmente (GONÇALVES e FERREIRA, 2002). O abuso sexual viola as leis ou tabus da sociedade e é definido como o envolvimento de uma criança ou adolescente em atividade sexual que não compreende totalmente, para a qual é incapaz de dar consentimento, ou não está preparada devido ao estágio de desenvolvimento (HABIGZANG *et al.*, 2009). Assim, qualquer atividade que envolva uma criança e um adulto ou outra criança, destinada a gratificação ou satisfação das necessidades de uma pessoa, cuja relação com a criança seja responsabilidade,

confiança ou força, pode se configurar em abuso sexual. Essas atividades sexuais podem incluir toques, carícias, sexo oral ou relações com penetração (digital, genital ou anal) além de também inclui situações nas quais não há contato físico, tais como voyerismo, assédio verbal, pornografia e exibicionismo (HABIGZANG *et al.*, 2009).

A violência contra a criança e o adolescente é tão enraizada no campo das relações sociais que dificulta a denúncia e a realização de processos preventivos que possam erradicá-la. Por se constituir em uma relação de dependência entre as vítimas e agressores, as vítimas encontram dificuldades de romper o silêncio, por serem coagidas pelos agressores, por medo, insegurança ou até mesmo pela dependência financeira (GONÇALVES e FERREIRA, 2002). Portanto, a vítima sente-se presa a essa situação. A comunicação da situação de violência gera intervenções de diferentes instituições e de diferentes profissionais, cuja função deveria ser proteger a vítima e responsabilizar o abusador (PISA e STEIN, 2007 *apud* SANTOS e DELL'AGLIO, 2010). Dispositivos legais como o ECA estão disponíveis para proporcionar uma intervenção mais segura. No entanto, as leis, isoladamente, não certificam a proteção às crianças e aos adolescentes. É importante destacar que o ECA, apesar de claro quanto à obrigação dos profissionais de notificar uma situação de violência e à punição para aqueles que não o fizerem, por si só “não é capaz de promover uma radical mudança de costumes, hábitos e atitudes, ou seja, uma transformação cultural” (GONÇALVES e FERREIRA, 2002). Com isso entende-se que existem leis, mas que elas não são suficientes para enfrentar esse problema de saúde pública.

Segundo pesquisas (HABIGZANG *et al.*, 2009), uma em cada quatro meninas e um em cada seis meninos são vítimas de alguma forma de abuso sexual antes de completar 16 anos. Esta forma de violência pode desencadear efeitos negativos para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das vítimas. Os transtornos mais citados como consequências do abuso sexual são: depressão, ansiedade generalizada, estresse pós-traumático, déficit de atenção e hiperatividade, e transtorno de conduta (HABIGZANG *et al.*, 2009). Essas consequências evidenciam que quando uma criança é abusada ocorre um problema tanto físico quanto psicológico.

O fato de o abuso sexual pode ser realizado sem o uso de força ou violência física está diretamente relacionado à questão de lealdade e da confiança que a criança coloca no agressor, a criança não tem um impulso direto, que utiliza essa relação para obter o seu silêncio, o que não deixa de ser uma violência (JONZON e LINDBLAND, 2004 *apud* SANTOS e DELL'AGLIO,

2010). O sentido não para ele muda de caminho (ORLANDI, 2007). O silêncio é uma “respiração” (ORLANDI, 2007). O silêncio é o real do discurso (ORLANDI, 2007). Na perspectiva que assumimos, o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é (ORLANDI, 2007). O funcionamento do silêncio atesta o movimento do discurso que se faz na contradição entre o "um" e o "múltiplo"... (ORLANDI, 2007). Quando não falamos, não estamos apenas mudos, estamos em silêncio: há o “pensamento”, a introposição, a contemplação etc (ORLANDI, 2007). Significa que o silêncio é garantia do movimento de sentidos (ORLANDI, 2007). Estamos dizendo que elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio "fala" por elas; elas silenciam (ORLANDI, 2007). Nas palavras de Eni ORLANDI (2007, p. 23):

É assim que podemos compreender o silêncio fundador como o não-dito que é história e que, dada a necessária relação do sentido com o imaginário, é também função da relação (necessária) entre língua e ideologia. O silêncio trabalha então essa necessidade. Se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não-dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história. É o silêncio significante.

O silêncio se torna uma variação, onde esse silêncio já pode mostrar uma ação da vítima. Não falar, não quer dizer que nada aconteceu ou que não foi sentido e sim que algo tem a dizer. A ideia estereotipada de que o abuso ou a violência sexual é cometido por estranhos e que envolve violência física pode contribuir para que as vítimas não considerem suas experiências abusivas, acerca do abuso sexual infantil (CRISMA *et al.*, 2004 *apud* SANTOS e DELL’AGLIO, 2010). O abafamento em contar as experiências de abuso pode estar relacionado ao medo de rejeição familiar, ao fato de a família não acreditar em seu relato, ao medo de perder os pais ou ser expulso de casa, de ser o causador da discórdia familiar ou ainda, à falta de informação ou consciência sobre o que é abuso sexual (AZEVEDO, 2001; CRISMA *et al.*, 2004 *apud* SANTOS e DELL’AGLIO, 2010). A criança ou o adolescente se torna cativo dessa mazela que se chama abuso/violência sexual infantil.

Estudos recentes (AZAMBUJA, 2005; MIRANDA e YUNES, 2007 *apud* SANTOS e DELL’AGLIO, 2010) discutem o modo como profissionais da saúde e da educação devem realizar a notificação da violência em situações de abuso sexual quando a família da criança ou do adolescente não toma essa atitude. Esta dificuldade leva a uma maior subnotificação da violência contra crianças e adolescentes, o que dificulta a compreensão desse fenômeno, pois é a

partir de dados epidemiológicos que os governantes definem as ações sociais de prevenção (AZAMBUJA, 2005; FRANÇA-JUNIOR, 2003 *apud* SANTOS e DELL'AGLIO, 2010). Atitudes que envolvam sensibilidade e um aprisionamento sem juízo de valores são aspectos centrais em qualquer interferência profissional nessas situações (DENOV, 2003 *apud* SANTOS e DELL'AGLIO, 2010). É extremamente importante, portanto, que a abordagem da vítima seja realizada de forma cuidadosa e que o ato vivenciado seja, de fato, considerado uma violência para que seja dado o tratamento adequado.

Quando as vítimas de abuso sexual são atendidas em um ambiente acolhedor, por profissionais capacitados e dispostos a oferecer suporte e a encorajá-las a descrever suas experiências, o relato sobre a situação abusiva ocorre de forma detalhada e mais confortável (HERSHKOWITZ *et al.*, 2007 *apud* SANTOS e DELL'AGLIO, 2010). Os profissionais precisam adotar uma linha de trabalho em comum, procurando evitar condutas divididas em suas ações. Para isso, é necessário criar serviços especializados e disponibilizar aos profissionais, que trabalham com essa temática, uma constante capacitação e supervisão, instrumentalizando-os para uma intervenção adequada (HABIGZANG *et al.*, 2006; LIMA e FONSECA, 2008 *apud* SANTOS e DELL'AGLIO, 2010). E a literatura infantojuvenil pode entrar em cena como uma forma de prevenção e conscientização.

#### 4. A LITERATURA COMO POSSIBILIDADE DE DIÁLOGO PARA O ENFRENTAMENTO DA VIDA: UMA ANÁLISE DE “NÃO ME TOCA, SEU BOBOCA” (2020) E DE “LEILA” (2019)

A literatura é uma manifestação artística que utiliza a linguagem escrita para expressar ideias, emoções, narrativas e reflexões. Ela engloba uma ampla variedade de gêneros e estilos, incluindo poesia, prosa, drama, ensaios e mais. A literatura é uma forma de explorar a condição humana, transmitir conhecimento, entreter e provocar pensamento crítico. Ela desempenha um papel fundamental na cultura, na história e na sociedade, proporcionando uma janela para diferentes épocas, perspectivas e culturas (EAGLETON, 2008). Nas palavras de Lalojo (2008, p. 106):

É à literatura, como linguagem e como instituição, que se confiam os diferentes imaginários, as diferentes sensibilidades, valores e comportamentos através dos quais uma sociedade expressa e discute, simbolicamente, seus impasses, seus desejos, suas utopias.

Ao contar histórias é possível incentivar a criatividade das crianças, possibilitar que elas vivenciem o ambiente das personagens, identifiquem-se com elas e conheçam seu mundo. Para ouvir histórias não é necessário estar alfabetizado, pois a criança desde cedo tem contato com textos de forma oral, pela voz dos pais e avós quando lhes são ditos contos de fadas, histórias inventadas, textos bíblicos, poemas dentre outros (ABRAMOVICH, 1993). A imersão e a exposição à literatura podem ajudar as crianças a se tornarem mais conscientes da realidade que as cerca, principalmente quando se trata de crianças que vivem situações difíceis. O enredo de uma história pode proporcionar aprendizado para a criança pelos conflitos dos personagens, suas angústias e alegrias, auxiliando-a a encontrar caminhos para suas dificuldades e desafios ou apenas para diverti-las (CRAVEIRO, 2009).

A conscientização de problemáticas sociais atuais por meio da contação de histórias permite um melhor preparo para o enfrentamento de diferentes temáticas. É importante entender que as histórias também transmitem cultura, reproduzindo padrões de comportamento ou regras vigentes em determinada comunidade e indicando um caminho a seguir. Essas regras presentes nas histórias estão diretamente atreladas aos fatos vivenciados pelos personagens e têm a finalidade de ajudar crianças a aprenderem novos comportamentos, podendo influenciar os jovens leitores (MCDANIEL, 2006; VASCONCELOS *et al.*, 2006). Portanto, a literatura pode

ser uma ferramenta para inspirar, encorajar, informar e potencialmente promover mudanças na vida das pessoas (MCDANIEL, 2001). Assim, “por meio da leitura, a criança tem oportunidade de perceber que não é o único ser no mundo que passa por dificuldades, ou seja, descobre que há outras crianças que enfrentam situações semelhantes” (MCDANIEL, 2001). Trazer informações através da literatura pode ser uma estratégia importante de aprendizado e ajuda, principalmente para crianças em vulnerabilidade.

Os livros com conteúdos relacionados a temas sensíveis permitem que as crianças explorem e compartilhem experiências, auxiliando-as a abranger seu entendimento sobre as complexidades da vida e do mundo e impelindo-as a enxergar a realidade sob novas perspectivas e circunstâncias. Ao apresentar conteúdos que incentivem a reflexão e a aprendizagem sobre os problemas da vida cotidiana, as histórias trazem informações importantes para que as crianças possam reconhecer cenários potencialmente prejudiciais ou ainda identificar sua própria vitimização e, principalmente, procurar ajuda (MCDANIEL, 2001).

A partir da compreensão de que a literatura infantil pode mobilizar reflexões que, por sua vez, podem contribuir para o enfrentamento de temas considerados “sensíveis”, “polêmicos”, apresentamos a análise de dois livros infanto-juvenis. “Não me toca, seu boboca!” (2020) e “Leila” (2019), que apresentam os textos, respectivamente, de Andrea Taubman e ilustrações de Thais Linhares e de Tino Freitas e ilustrações de Thais Beltrame tematizam o abuso sexual infantil, tendo como objetivo auxiliar na prevenção da violência praticada contra crianças.

#### 4.1. “NÃO ME TOCA, SEU BOBOCA” (2020)

O livro “Não me toca, seu boboca”, escrito por Andrea Viviana Taubman e ilustrado por Thais Linhares, conta a história de Rita, mais conhecida como Ritoca (uma coelha). A protagonista passa por uma situação difícil de se compreender e muito difícil de se abordar: a violência sexual infantil, especificamente, o abuso sexual.

Nas primeiras páginas da história rimada, representada na figura 1, há um alerta em relação aos abusadores, em que a autora atribui adjetivos, como “engraçado”, “gentil”, “sorridente”, “como ator de comercial de pasta de dente” e, o principal, “tio bonzinho”, cuja palavra tio está em negrito, e finalizando com a frase “querendo se aproximar da gente”.



Figura 1: Reprodução das páginas 6 e 7 do livro “Não me toca, seu boboca” escrito por Andrea Taubman e ilustrado por Thais Linhares.

Por meio dessa caracterização, a autora retrata que, na maioria das vezes, os abusadores parecem inofensivos ou, ainda pior, fazem de tudo para a criança os verem como alguém familiar e confiável. Outro aspecto importante é o uso do não verbal, isto é, do visual pelo qual o “**tio**” foi caracterizado na página: segurando um ioiô (objeto do qual uma criança se interessaria, um brinquedo), óculos escuros (não fica visível para onde ele está olhando ou pode dar a impressão de uma pessoa descolada/misteriosa, logo trazendo curiosidade para a criança) e com vestes que nos remete a uma ovelha, mais especificamente um cordeiro, sugerindo uma alusão ao ditado popular “Lobo em pele de cordeiro”, isto é, uma pessoa que parece de boa índole, mas na realidade é má e perversa. A importância da proximidade entre vítima e abusador aparece retratada no *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil* (UNICEF, 2021). No documento, temos acesso à informação de que, entre 2017 e 2020, em torno de 180 mil casos de estupro registrados envolviam menores de 19 anos, dos quais 62 mil vítimas pertencem à faixa etária de até 10 anos, e destes, aproximadamente, 80% eram meninas. Nesses casos, a maioria das vítimas conhecia o abusador, uma vez que o ato havia acontecido em ambiente familiar. Na figura 2, a ideia de familiaridade presente na palavra “**tio**” em negrito segue sendo reforçada:

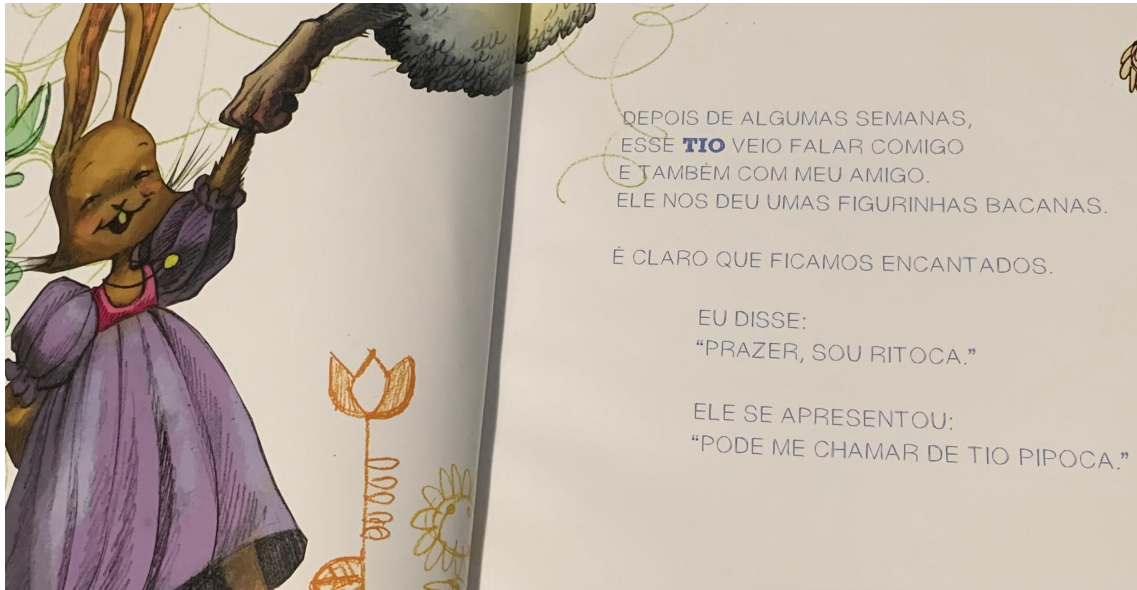


Figura 2: Reprodução das páginas 8 e 9 do livro “Não me toca, seu boboca” escrito por Andrea Taubman e ilustrado por Thais Linhares.

Nessas páginas, a construção da inocência, a relação de familiaridade novamente aparece pelo modo de se referir a uma pessoa com quem não tem nenhum laço sanguíneo. A tentativa de construir uma relação de confiança ganha destaque quando o “tio” se apresenta como “tio pipoca”. Vale perguntar: qual criança não gosta de pipoca?

Vemos também como o “tio Pipoca”, desde o primeiro contato com a coelha, tentou uma aproximação. Na figura 3 abaixo, ele utilizou estratégias como falar que gosta de brincadeiras de criança (“videogame”, “futebol de botão”), como contar fatos para envolver a vítima seja por pena, seja por afetuosidade conforme apresentado no trecho “Ele contou que não tinha família, e se sentia abandonado, vivia em solidão”.



Figura 3: Reprodução das páginas 10 e 11 do livro “Não me toca, seu boboca” escrito por Andrea Taubman e ilustrado por Thais Linhares.

A partir dessas estratégias de aproximação, surge, então, um convite:



Figura 4: Reprodução das páginas 12 e 13 do livro “Não me toca, seu boboca” escrito por Andrea Taubman e ilustrado por Thais Linhares.

Como lemos na figura 4 (páginas 12-13), tio Pipoca chama “a turma toda pra **ir à casa dele** lanchar, brincar e assistir televisão” (grifos nossos). Podemos entender que “ir à casa dele” é uma possível estratégia de controle, visto que na casa dele não teria ninguém por perto. Tio Pipoca estaria em seus domínios, em um lugar familiar. Um lugar em que seria mais difícil para a criança pedir ajuda, por exemplo. Depois que o “tio Pipoca” apresenta as possibilidades de diversão, ele impõe uma condição para que toda a brincadeira aconteça: “pediu a cada um que não contasse para ninguém, de jeito nenhum!”. Nesse ponto, o abusador já começa a dar indícios sobre os seus planos. Ritoca, diferente dos demais que “se animaram com tamanha diversão”, apresenta seu desconforto e o sentimento de que algo poderia estar errado ao relatar:” achei **estranho** o pedido”, “alguma coisa me dizia que ia dar **confusão**” (grifos nossos).

O próximo passo foi afastar a turma de Ritoca. Ao colocar a turma para dançar, pediu que a coelha o ajudasse em uma tarefa como podemos ler na figura 5 (páginas 14-15) abaixo:



Figura 5: Reprodução das páginas 14 e 15 do livro “Não me toca, seu boboca” escrito por Andrea Taubman e ilustrado por Thais Linhares.

Tio Pipoca ao levar Ritoca “até o jardim para ajudá-lo a carregar o bolo e o pudim” afasta a coelha do restante da turma, o que proporciona, pela primeira vez, um momento à sós entre o abusador e Ritoca. Esse é, então, o momento propício para uma possível ação opressora do

abusador com Ritoca e para a revelação de uma face ainda não mostrada pelo Tio Pipoca como vemos nas figuras 6 e 7 (páginas 16-19) abaixo:

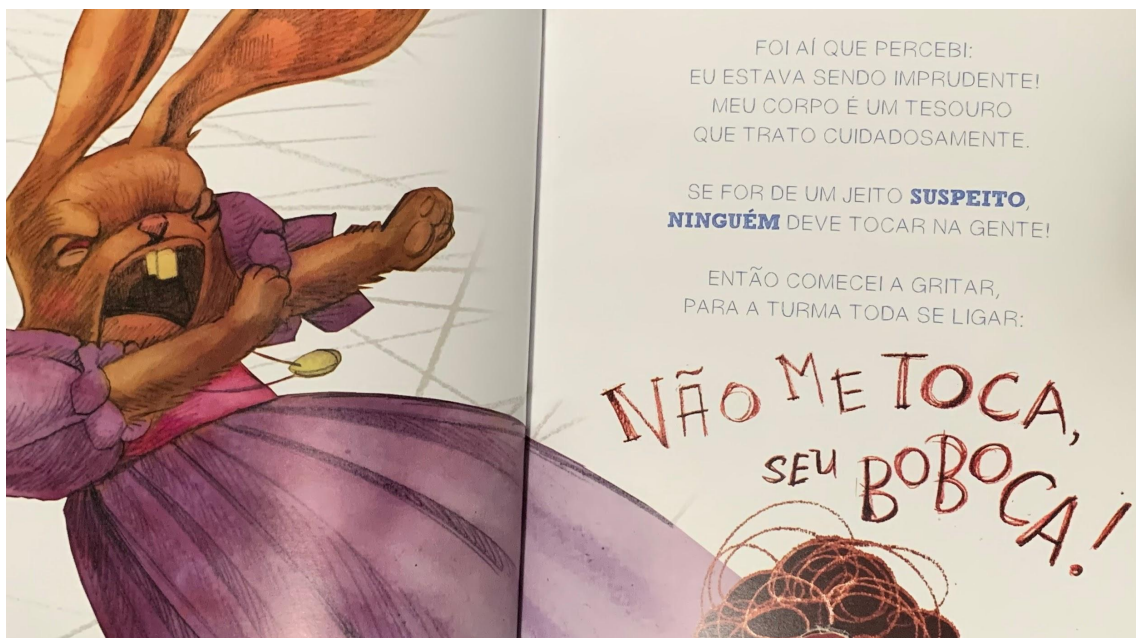


Figuras 6 e 7: Reprodução das páginas 16 a 19 do livro “Não me toca, seu boboca” escrito por Andrea Taubman e ilustrado por Thais Linhares.

Em seguida, o “tio bonzinho” a elogia, conforme relatado no trecho: “Quando estávamos sozinhos, ele disse com **tom de voz diferente**: VOCÊ É BEM BONITINHA...” (grifos nossos)

para então partir para a violência. O assédio então acontece verbalmente e em seguida fisicamente: “mexeu na minha orelha”, “quis olhar a minha boca”, “foi pegando no meu pescoço”. A partir deste momento, além das evidências textuais, é importante destacar as ilustrações do livro. Elas também começam a mudar, trazendo luz às novas expressões da protagonista. O enquadre do abusador também se modifica: o vemos mais de perto, como em close, com predomínio de uma cor escura. A escuridão a que somos remetidos nessa cena nos ajuda a enxergar que o, até então, “cordeiro” se revela, por suas atitudes, o que sempre foi: um lobo. Podemos ver essas atitudes quando o abusador puxa as orelhinhas da Ritoca e tenta puxar o seu colar sob o pedido de que ela “não fizesse alvoroço”. É importante ressaltar ainda sobre essas atitudes que o colar, localizado no pescoço, nos fornece a ideia de uma possível aproximação do “tio” ao corpo da criança, começando pelo pescoço e podendo descer ao busto e outras partes do corpo. Nessas páginas, o abuso é retratado pelos sentimentos de medo, choque e desespero da vítima.

No entanto, Ritoca foi uma das vítimas que conseguiu ter uma reação, como mostrado nas páginas seguintes apresentadas nas figuras 8 e 9:





Figuras 8 e 9: Reprodução das páginas 20 a 23 do livro “Não me toca, seu boboca” escrito por Andrea Taubman e ilustrado por Thais Linhares.

Em forma de um grito de sentimentos silenciados, ela conseguiu fugir daquela situação ao declarar a frase que dá título à obra literária: “Não me toca, seu boboca”. Na voz entoada de seu posicionamento, o termo “boboca” se refere ao “Tio Pipoca” (que remete a festas, celebrações, um sentido positivo) como uma forma de rima e de contradição ao começo da narrativa. O “tio” que antes se apresentou como “pipoca” se tornou um “boboca” (sentido negativo). Assim, Ritoca foge com toda a turma e deixa um alerta: “meu corpo é um tesouro que trato cuidadosamente”, “se for de um jeito **suspeito, ninguém** deve tocar na gente”. E como todo abusador, o agora Tio Boboca tenta fugir, conforme apresentado nas páginas ilustradas na figura 10.

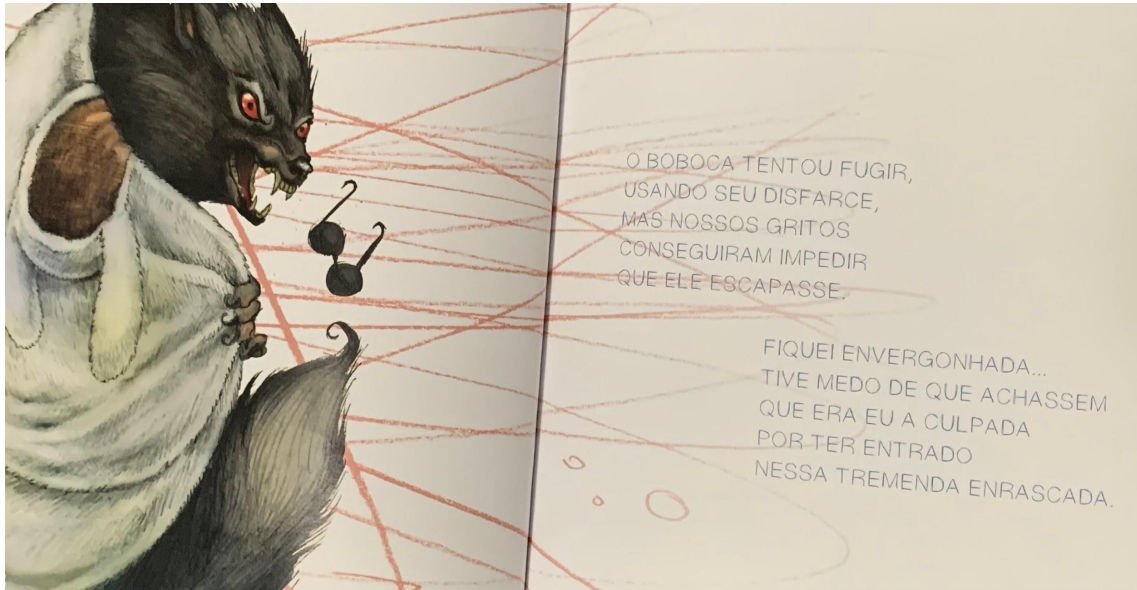
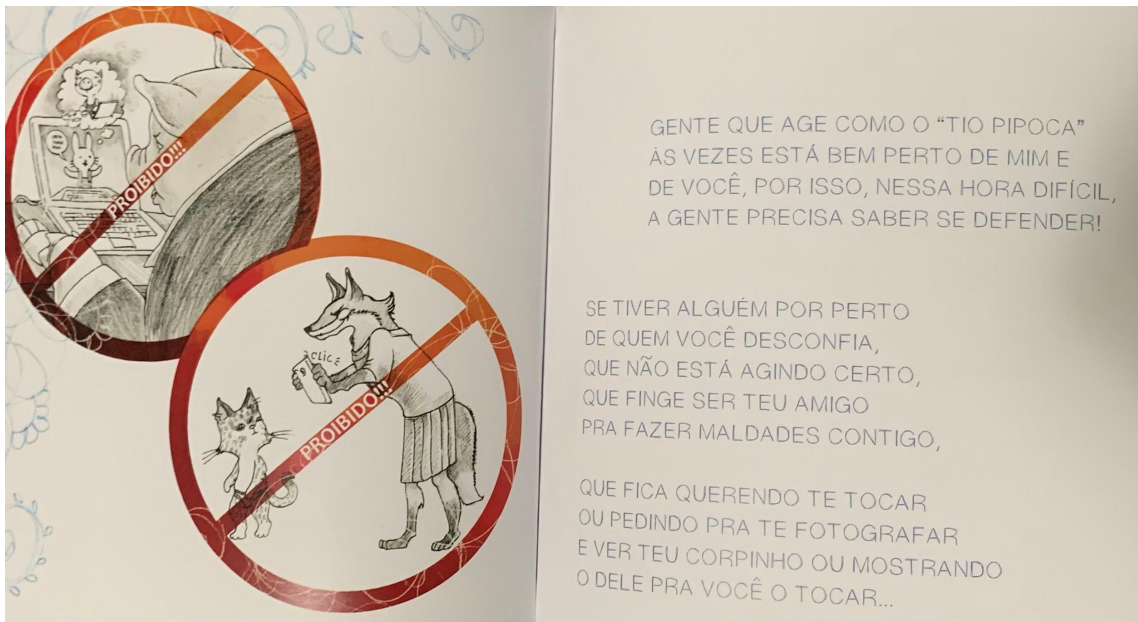
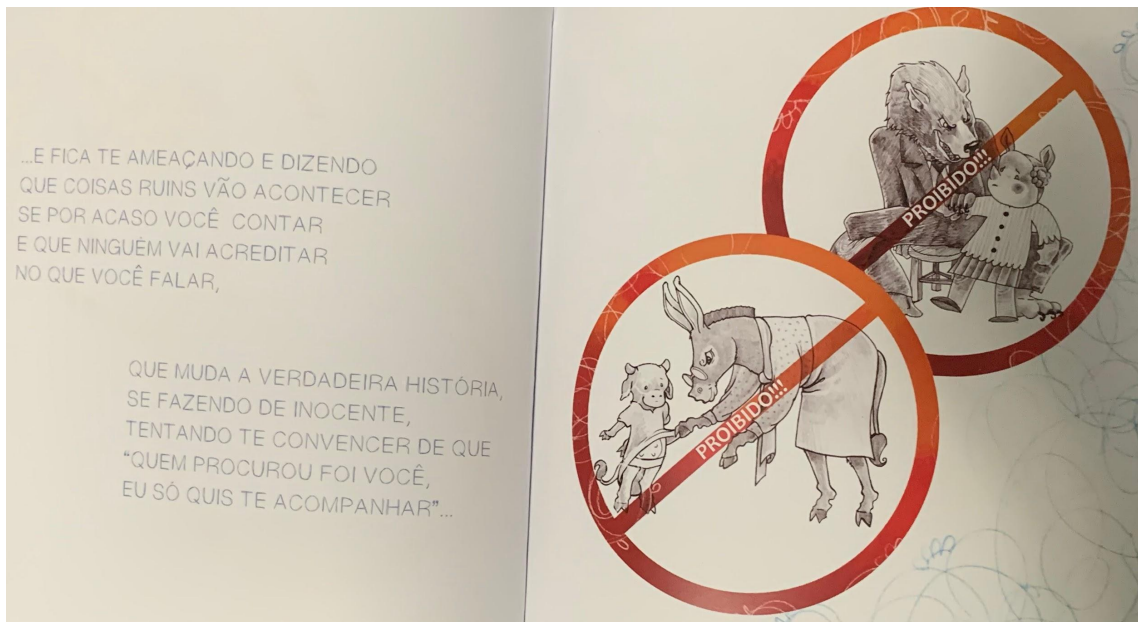


Figura 10: Reprodução das páginas 24 a 25 do livro “Não me toca, seu boboca” escrito por Andrea Taubman e ilustrado por Thais Linhares.

À medida que as crianças crescem, elas vão criando, de forma inconsciente, defesas, camadas de proteção que, se por um lado as resguardam, por outro vão encobrindo suas verdadeiras emoções e sentimentos que vão sendo “abafados”, reprimidos, escondidos, quando não destruídos (FRIEDMANN, 2020). A vítima, nesse caso, Ritoca, que retrata uma criança, se sente culpada, porque no entendimento dela havia o receio de ser responsabilizada pelas atitudes de um “boboca” como lemos em “fiquei envergonhada... tive medo de que achassem que era eu a culpada por ter entrado nessa tremenda enrascada”. Certa de que não era a culpada, Ritoca entendeu que sua história, ou melhor, a violência de que tinha sido vítima, tinha que ser contada para que outras crianças se mantenham alerta e não passem pelo o que ela passou como vemos no texto reproduzido nas figuras 11, 12, 13 e 14 (páginas 26-33):





Figuras 11, 12, 13 e 14: Reprodução das páginas 26 a 33 do livro “Não me toca, seu boboca” escrito por Andrea Taubman e ilustrado por Thais Linhares.

Ao longo dessas páginas, Ritoca orienta aqueles que ouvirem sua história sobre o fato de que qualquer criança pode estar sujeita a uma situação de violência e que, por isso, é preciso “saber se defender” de gente que pode estar “bem perto de mim e você”. A relação entre o texto verbal e não verbal presente nas páginas 28-29 e 30-31 dão conta dos gestos que devem ser

entendidos como proibidos: “tocar”, “fotografar”, “ver teu corpinho ou mostrar o dele para você o tocar”. Além disso, Ritoca destaca que, em caso de ameaça, numa situação em que o abusador tenta se fazer de inocente e convencer a vítima de que “quem procurou foi você, eu só quis te acompanhar”, a criança não deve hesitar. A orientação é a de que ela “saia berrando e contando, pedindo ajuda”.

Desse modo, o livro “Não me toca, seu boboca” foi feito para ser lido com crianças como uma forma de prevenção e compreensão do que é a violência sexual infantil. É preciso que a criança entenda que seu corpo não pode ser tocado por qualquer um. A história de Ritoca é contada por meio de um texto lúdico para uma melhor adesão ao universo infantil, mas sem descuidar da seriedade que envolve um assunto que é tratado como tabu para crianças.

Nas últimas duas páginas do livro, reproduzidas na figura 15, Ritoca reforça o apelo para que o abuso seja combatido.



Figura 15: Reprodução das páginas 34 e 35 do livro “Não me toca, seu boboca” escrito por Andrea Taubman e ilustrado por Thais Linhares.

Nessa direção, para que não tenhamos crianças molestadas e, por isso, tristes e amuadas, é preciso enfrentar essa violência. Nas palavras de Ritoca, é urgente “virar esse jogo e dizer não a

covardia!”, “combater o abuso com valentia!”. Afinal vale sempre repetir: “toda criança tem o direito de ser protegida e viver feliz!”.

#### 4.2. “LEILA” (2019)

O livro “Leila”, escrito por Tino Freitas e ilustrado por Thais Beltrame, publicado no dia 18 de maio<sup>2</sup>, no ano de 2019, retrata a história de um filhote de baleia jubarte, Leila, que sofre assédio por seu vizinho, o polvo Barão. Mergulhar nas emoções de Leila é primordial para entender os sentimentos da vítima em relação ao abuso sexual, já que estamos analisando uma história cuja narrativa se desenvolve no fundo do mar.

A escolha dos personagens é de extrema importância para interpretar toda a história e a relação entre essa história e fatos vivenciados por muitas crianças em nossa sociedade. A baleia é um animal de grande porte e o polvo tem um corpo mole sem esqueleto interno, mas com tentáculos fortes e com ventosas capazes de agarrar animais. Na figura 16 (páginas 1-2), conhecemos a Leila que, para nadar, “vestiu o biquíni, penteou seus cabelos”. Ações que a fizeram expressar o sentimento de felicidade:

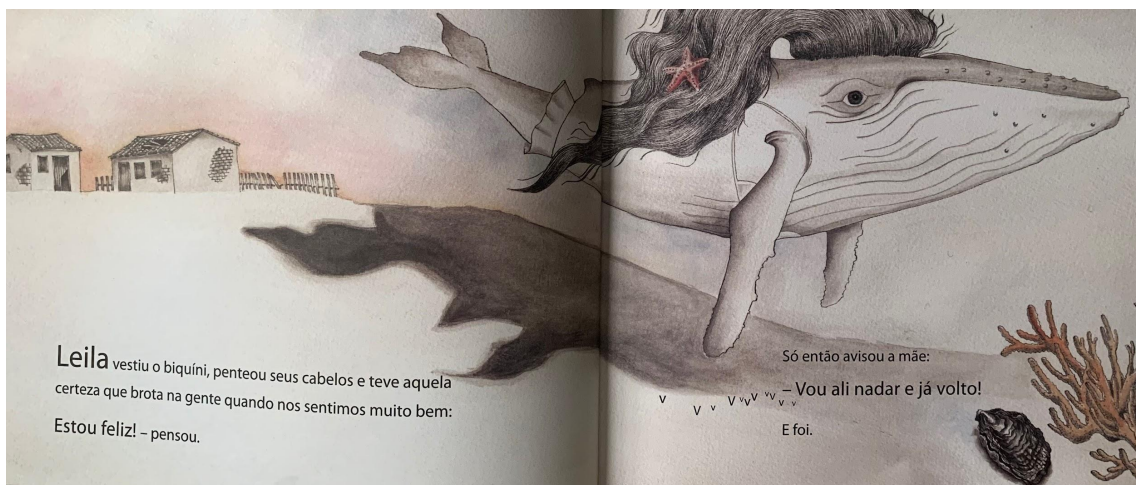


Figura 16: Reprodução das páginas 1 e 2 do livro “Leila” escrito por Tino Freitas e ilustrado por Thais Beltrame.

Na figura 17 (páginas 3-4), conhecemos o Barão por meio de um *close* em seus olhos.

Olhos que miram Leila:

<sup>2</sup> É importante registrar que a data de publicação no livro é o dia nacional do combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

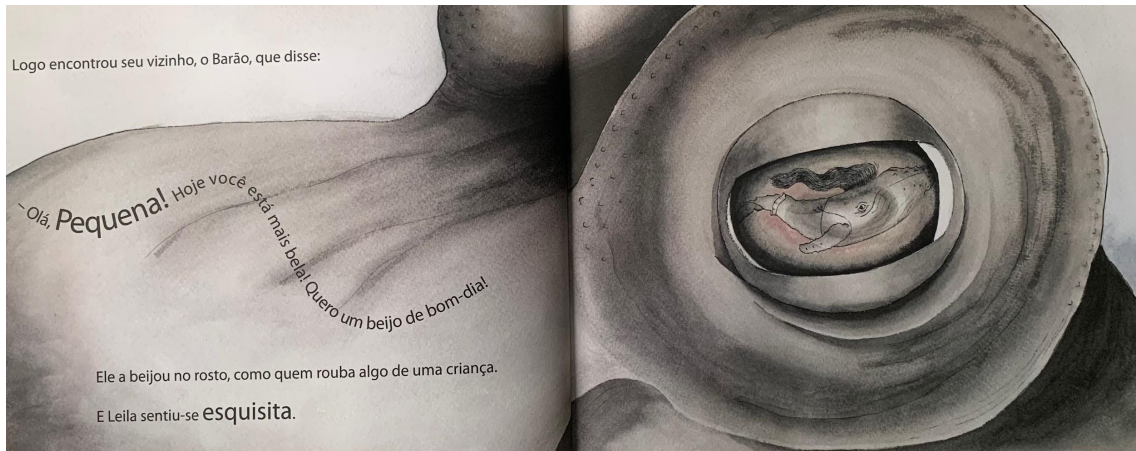


Figura 17: Reprodução das páginas 3 e 4 do livro “Leila” escrito por Tino Freitas e ilustrado por Thais Beltrame.

Barão é vizinho de Leila. Alguém, portanto, que não é desconhecido. Em “Olá, Pequena! Hoje você está mais bela! Quero um beijo de bom-dia”, primeira fala de Barão na narrativa, identificamos a primeira ação que pode ser considerada um gesto abusivo. A palavra “Pequena” aparece em destaque, o que, em nossa leitura, pode provocar um estranhamento, já que baleias não são animais pequenos. No entanto, ao nomear a baleia como pequena, Barão nos dá a dimensão de seu olhar sobre o Leila. O beijo, ainda que não consentido, é dado “como quem rouba algo de uma criança”. Podemos interpretar esse “algo” como a inocência da criança.

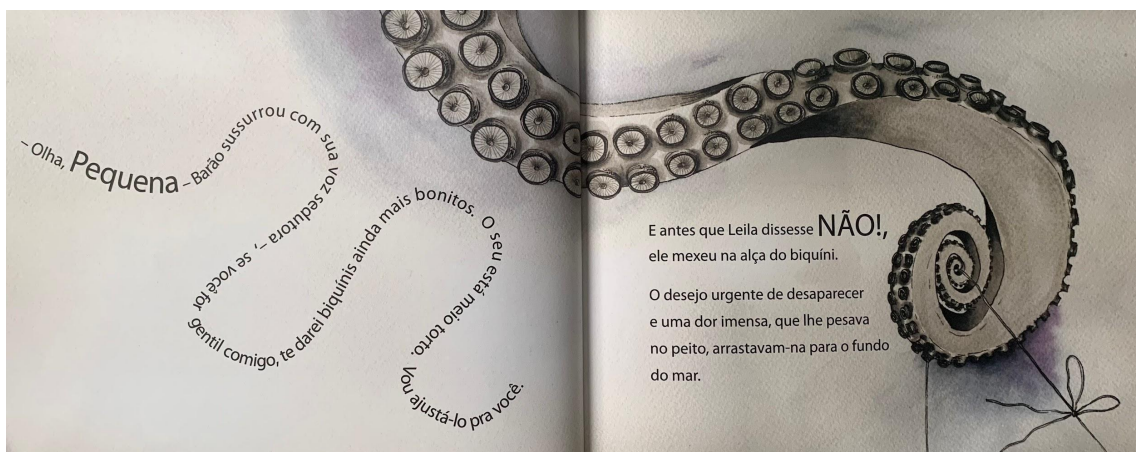
O narrador, em terceira pessoa, nos informa sobre o sentimento de Leila ao ser beijada: “sentiu-se **esquisita**”. A palavra “esquisita” mostra o desconforto em relação à ação de Barão diante do não consentimento de tocar no corpo de Leila. A todo o tempo, Barão busca uma proximidade, tentando manter-se grande, ativo, em relação à Pequena, passiva como lemos nas páginas 5 e 6 que compõe a figura 18 abaixo:



Figura 18: Reprodução das páginas 5 e 6 do livro “Leila” escrito por Tino Freitas e ilustrado por Thais Beltrame.

No trecho “Barão sussurrou uma frase que assombrou Leila”, podemos perceber a inteligência da ilustradora ao usar o não verbal como fonte de esclarecimento para o leitor, fazendo uma sombra do polvo atrás de Leila, como uma assombração. Em seguida, em outro trecho, após Barão dizer que nadaria com ela, sabemos por meio do narrador que “Ela não queria companhia alguma. Porém, continuou em silêncio”. Leila começa a deixar a sua voz de lado. É o silêncio que significa, o silêncio que não quer dizer vazio, mas, ao contrário, cheio de sentidos.

O Barão então continua com as suas artimanhas, tentando seduzir e prometendo presentes até a ação de ter o contato com o corpo de Leila como vemos na figura 19:



Figuras 19: Reprodução das páginas 7 e 8 do livro “Leila” escrito por Tino Freitas e ilustrado por Thais Beltrame.

Diante dessas tentativas persistentes, podemos ver o desconforto de Leila com toda a situação na fala - emitidas de modo sussurrado e com voz sedutora e apresentadas de modo não linear na diagramação da página - “Olha, Pequena, se você for gentil comigo, te darei biquínis ainda mais bonitos. O seu está meio torto. Vou ajustá-lo para você”. Esse desconforto é agravado pela impossibilidade de Leila dizer “**NÃO!**”, já que a rapidez do gesto de Barão a impediu de conseguir uma reação. Barão então assedia Leila: “E antes que Leila dissesse **NÃO!**”, ele mexeu na alça do biquíni”. A forma como essa violência é praticada funciona como uma armadilha para que a vítima, Leila, se sinta culpada pelo o que tinha acontecido e, conseqüentemente, seja assombrada por um sentimento de amargura, pelo “desejo urgente de desaparecer”, já que a violência de Barão fez com que Leila fosse tomada por “uma dor imensa, que lhe pesava no peito”. Um desejo e uma dor que “arrastavam-na para o fundo do mar”.

Como lemos na sequência da narrativa, figura 20, “Leila quis pedir **SOCORRO**”, mas o fato de estar longe de casa e sem ninguém por perto, impediu a manifestação desse pedido



Figura 20: Reprodução das páginas 9 e 10 do livro “Leila” escrito por Tino Freitas e ilustrado por Thais Beltrame.

Tudo acontecia como Barão até então desejava. Em mais um gesto buscando a própria satisfação, Barão “num gesto rápido, furtivo, cortou os longos cabelos que Leila tanto amava, afirmando: - Eu gosto assim, **Pequena**”. Essa atitude demonstra que, para Barão, Leila o pertencia e, por esse motivo, podia fazer qualquer coisa, inclusive, tomar decisões relacionadas a escolhas que diziam respeito à aparência de Leila. Decisões que refletem desrespeito e controle que afetam Leila, produzindo um sufocamento e gerando um conjunto de sentimentos que se instalam no coração do filhote baleia como lemos no trecho: “Leila, **sufocada**, permaneceu

muda. Petrificada. Uma estátua feita de **pavor** e **angústia**. Mergulhada numa **tristeza** profunda” (grifos nossos).

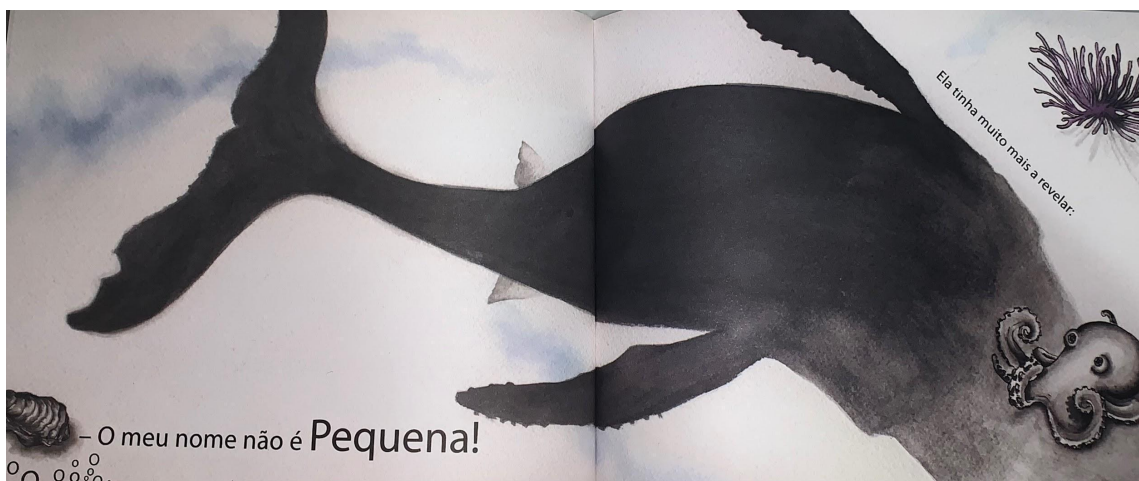
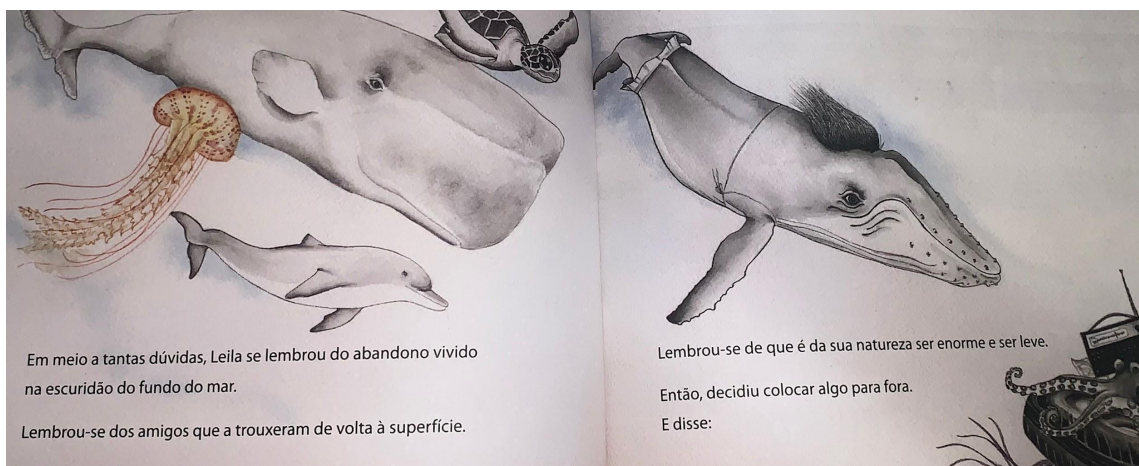
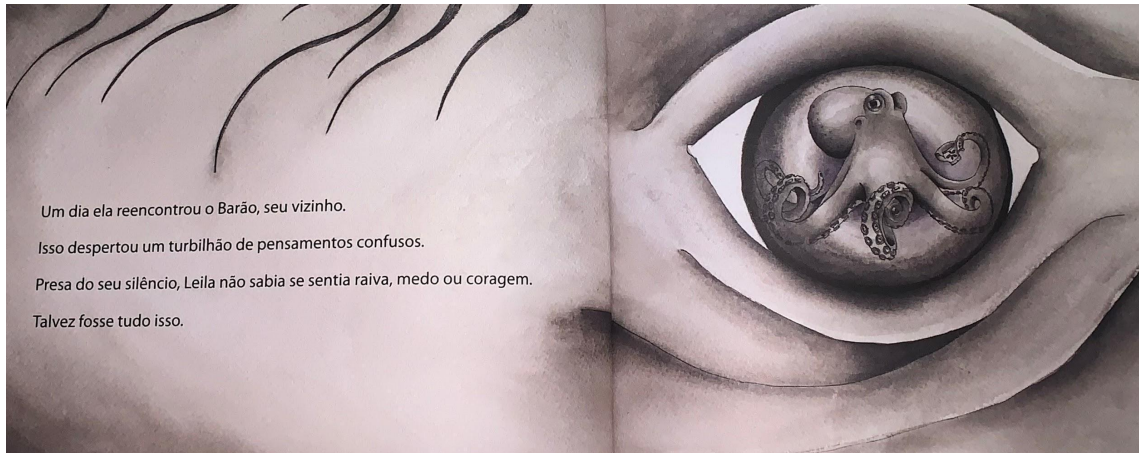
Vale destacar que a ênfase na descrição detalhada dos sentimentos da protagonista cria uma grande intimidade com o leitor, o que fortalece vínculos afetivos e conseqüentemente possibilita conversas mais delicadas (TAUBMAN, 2021). Nesta imersão na literatura, toda vez que Barão se refere a Leila como “Pequena”, as frases no livro se assemelham a uma rede (enredamento), como se as palavras fossem jogadas para então pegar a “isca”. Assim, as palavras” esquisita”,” medo”,” não”,” socorro”,” pavor”,” angústia”,” tristeza” que o narrador utiliza nos coloca em contato com os atos do vizinho, palavra as quais ela queria conseguir jogar para fora, mas, infelizmente, como muitas vítimas que sofrem essa violência, Leila não conseguiu reagir de imediato como acompanhamos na leitura das páginas seguintes reproduzidas na figura 21:



Figura 21: Reprodução das páginas 11 e 12 do livro “Leila” escrito por Tino Freitas e ilustrado por Thais Beltrame.

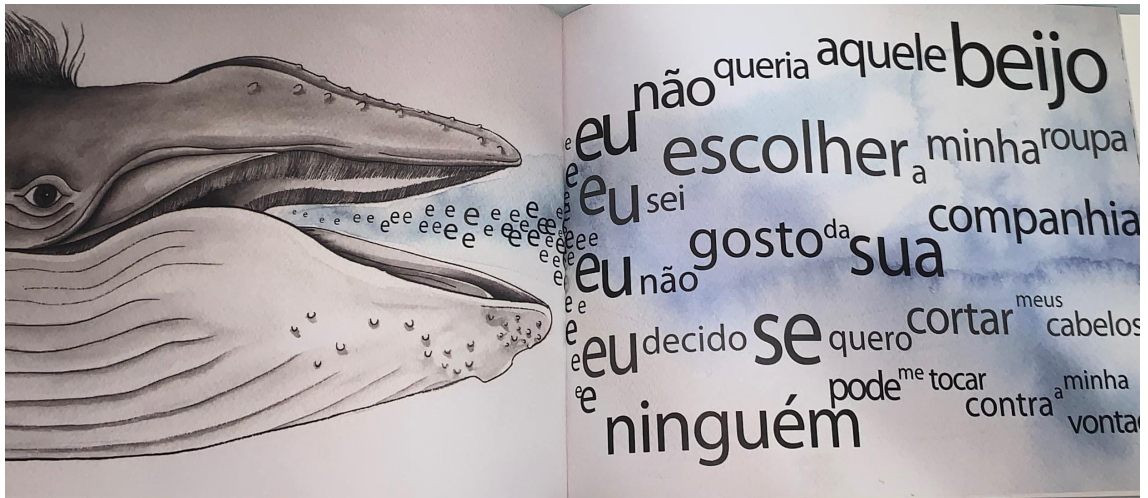
“– Pequena, o que aconteceu aqui será nosso segredo!”. “– Não diga nada a ninguém!”. Essas foram as duas falas direcionadas para Leila depois de todos os gestos violentos praticados pelo Barão: beijá-la sem permissão, mexer em seu biquíni e cortar seus cabelos. E assim, Leila foi enredada como a maioria das vítimas, sentindo-se culpada por toda a situação.

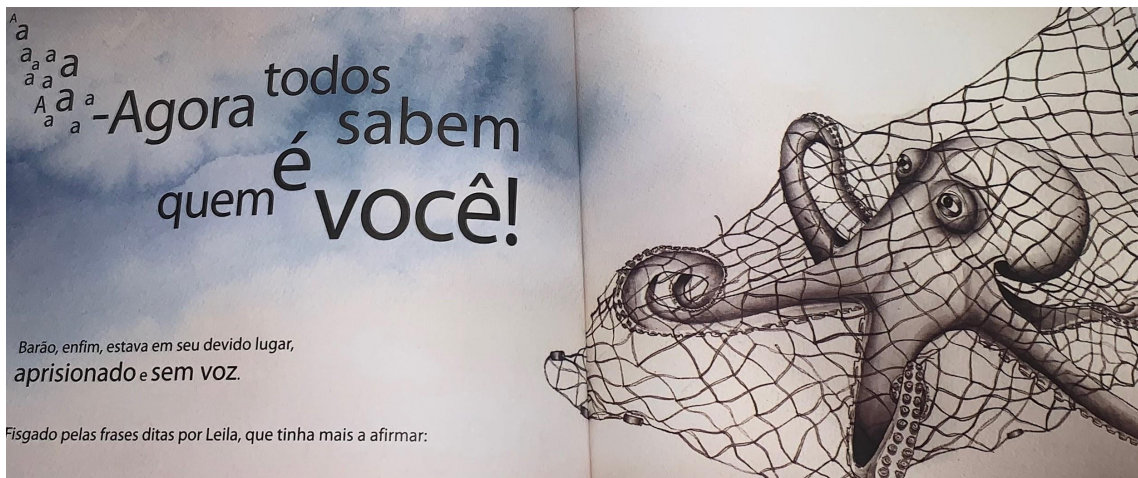
Leila ficou presa em seu silêncio até encontrar a sua voz e se libertar de todo o constrangimento e do medo do Barão como retratado nas páginas seguintes reproduzidas nas figuras 22, 23 e 24:



Figuras 22 a 24: Reprodução das páginas 23 a 28 do livro “Leila” escrito por Tino Freitas e ilustrado por Thais Beltrame.

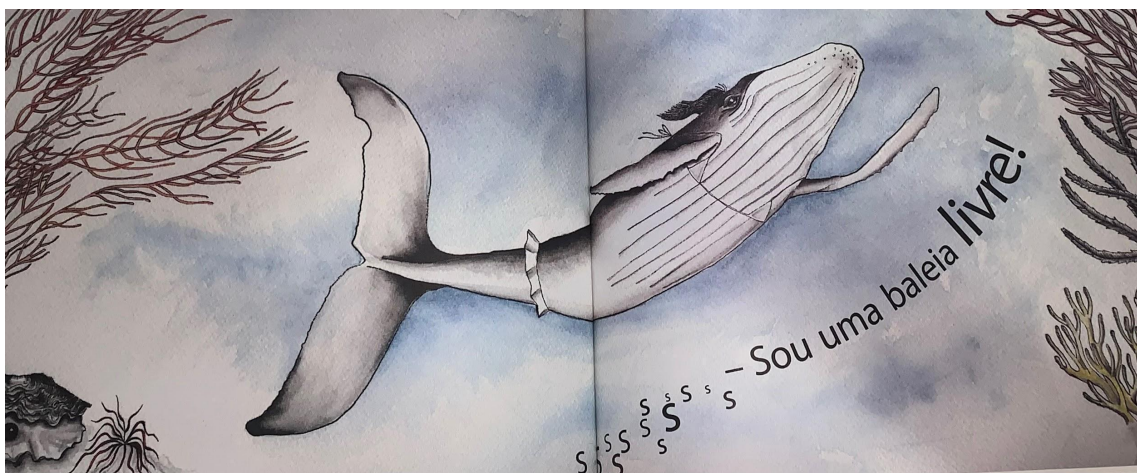
Se antes era Barão quem mirava Leila (páginas 3 e 4 do livro apresentadas na figura 17), agora era Leila que tinha Barão nos olhos. Se antes, nas imagens, o foco era no Barão, agora é Leila quem assume o foco da própria história. Um dia, ao reencontrar Barão, um turbilhão de sentimentos e pensamentos foi sendo lembrado pelo filhote: “Um dia ela reencontrou o Barão, seu vizinho. Isso despertou um turbilhão de pensamentos confusos. Presa do seu silêncio, Leila não sabia se sentia raiva, medo ou coragem. Talvez fosse isso tudo”. Na sequência da narrativa, Leila lembrou dos amigos que a resgataram da escuridão. Assim, “de volta à superfície”, “lembrou-se de que é da sua natureza ser enorme e ser leve” e que, então, era preciso “colocar algo para fora”: “– O meu nome não é **Pequena!**”. O que antes era medo se tornou coragem. O que antes estava no fundo do oceano (em seu coração) agora ela queria jogar para a superfície. E assim continuou revelando o que deseja e o que não deseja, o que gosta e o que não gosta como vemos nas figuras 25 e 26 abaixo:

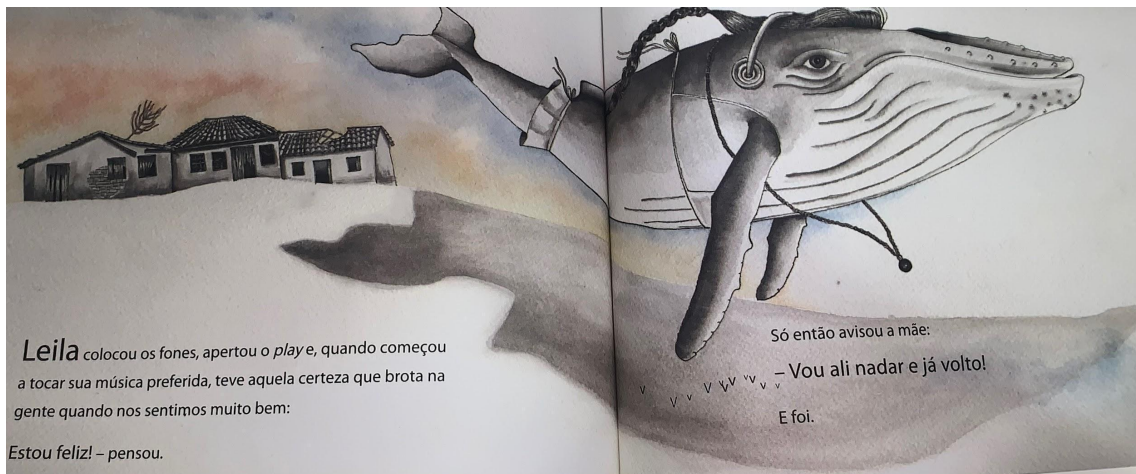




Figuras 25 e 26: Reprodução das páginas 29 a 32 do livro “Leila” escrito por Tino Freitas e ilustrado por Thais Beltrame.

“Eu não queria aquele beijo, eu sei escolher a minha roupa, eu não gosto da sua companhia, eu decido se quero cortar meus cabelos e ninguém pode me tocar contra a minha vontade”. “– Agora todos sabem quem é você!”. E como uma explosão de uma onda azul, todas as palavras são jogadas ao mar direcionadas ao ABUSADOR. Nesse momento quem é enredado é o Barão. É ele quem está agora “aprisionado e sem voz”. Leila estava, enfim, liberta como lemos nas últimas páginas reproduzidas nas figuras 27 e 28:





Figuras 27 e 28: Reprodução das páginas 33 e 34, 39 e 40 do livro “Leila” escrito por Tino Freitas e ilustrado por Thais Beltrame.

“– Sou uma baleia livre”. Essa é fala que ecoa no mar. Leila voltou a ser feliz. Ela é agora uma vítima que encontrou a sua voz, que entendeu que deveria ser uma voz. O silêncio, nessa situação, pode ser interpretado como resultado da opressão, da violência, evidenciando como o abuso a violência ocorre/reproduz um silenciamento.

O livro “Leila” é inspirado na história real de um episódio testemunhado pela nadadora brasileira Joanna Maranhão. É uma obra que convida a criança a buscar autoconhecimento, a buscar pela justiça e respeito por meio de uma abordagem lúdica acerca de um assunto considerado “delicado” como o abuso sexual infantil. Um texto que, na relação com outros, pode ajudar a mostrar quantas vozes são silenciadas em atos de violência. Além de ensinar e prevenir, a formação de leitores literários pode fazer com que os leitores encontrem a sua voz e, assim como Leila, vivam livres, sem culpa e sem medo, para retomar ações prazerosas como nadar. Uma retomada que é simbolizada pela reprodução do início da narrativa, mas agora dita por uma voz fortalecida: “Só então avisou a mãe: - Vou ali nadar e já volto. E foi”. Reproduzindo o início da narrativa (figura 16), mas agora fortalecida pela própria voz.

Nas últimas páginas do livro reproduzidas na figura 29, as imagens também simbolizam a liberdade de Leila:



Algumas letras se espalham pelo mar como bolhas sempre nas páginas em que Leila assume o protagonismo da ação em desenvolvimento (cf. figuras 17, 24, 25, 26, 27 e 28). Bolhas que flutuam e dialogam com a natureza de Leila: “ser enorme e **ser leve**” (grifos nossos). É preciso agir para que as marcas da infância sejam de alegria e não de dor, de sofrimento.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao falarmos sobre assuntos relacionados à violência/abuso infantil a sociedade já se submete a pressupostos, dos quais prevalece a ideia de não se falar com crianças sobre esse assunto. Como consequência, pouco estímulo é fornecido para uma melhor compreensão do público infantil. Entretanto, quando uma criança é abusada ou passa por alguma situação de vulnerabilidade, isso pode acarretar em problemas tanto físicos quanto psicológicos.

É notório, portanto, em meio à lei do silêncio estruturalmente construída, o direcionamento da sociedade para uma conjuntura preocupante, em que as vítimas não são estimuladas a serem ouvidas, tampouco acolhidas ou encaminhadas. Como alternativa para contornar o confinamento das vítimas em "torres solitárias", evitando que lidem com suas dores e marcas do abuso ao longo da vida, a literatura infantojuvenil, com sua abertura de sentido, permite apontar para a problematização desse tema relevante nas escolas e em quaisquer outros espaços e tempos em que forem lidos.

A compreensão do abuso sexual é um problema de saúde que deve ser abordado na infância. Quando abordado em obras literárias como “Não me toca, seu Boboca!” (2020) e “Leila” (2019), temos a dimensão lúdica como estratégia fundamental, o que permite aos pequenos leitores acesso à discussão também de temas sensíveis. A literatura então, é vista como forma de acolhimento, prevenção e compreensão da criança que já sofreu ou sofre abuso sexual infantil e como meio de mensurar as situações de risco, ao mesmo tempo, em que as encoraja a encontrarem sua própria voz.

Desse modo, a literatura pode apresentar, aos seus pequenos leitores, uma visão de mundo que não esteja subordinada aos padrões enraizados de uma sociedade marcada pela violência, contribuindo para uma infância menos opressora.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVICH, F. Literatura infantil: Gostosuras e bobices. São Paulo, SP: Scipione, 1993.

AMAZARRAY, Mayte Raya e KOLLER, Silvia Helena. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica* [online]. 1998, v. 11, n. 3 [Acessado 30 novembro 2022], pp. 559-578. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79721998000300014>>. Epub 24 Jan 2002. ISSN 1678-7153.

ARAÚJO, M. F. Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, 7(2), 3-11, 2002.

ARAÚJO, M. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, 7(2), 3-11. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay. Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança? Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

BELTRAME, Tino Freitas. BELTRAME, Ilustrações Thais. Leila. 1 ed. Belo Horizonte: Abacatte, v. 1, 2019.

BETTELHEIM, B. A psicanálise dos contos de fadas. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

BRANT, J. M. Enquanto o sono não vem. Ilustração. Ana Maria Moura. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

BRASIL. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15>>. Acesso em: 22 mai. 2023.

CALDIN, Clarice Fortkamp. A função social da literatura infantil. Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. 15, 1º sem. 2003. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/article/download/11739>>. Acesso em: 23 de nov de 2022.

CAMPANHOLE, A. e CAMPANHOLE, H. L. Todas as constituições do Brasil. 2. ed., São Paulo: Atlas, 1976.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In Cavalcanti, M. L. V. C.; Franchetto, B., & Heilborn, M. L. (Orgs.) *Perspectivas Antropológicas da mulher* (pp. 25-62). Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CRAVEIRO, C. C. Efeito da exposição continuada a regras descritivas sobre o comportamento escolar de crianças (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil), 2009.

DA CRUZ, Fabiana Assis Assis. LITERATURA INFANTOJUVENIL E A VIOLÊNCIA SEXUAL: POSSÍVEIS CAMINHOS NA PREVENÇÃO CONTRA O ABUSO INFANTIL.

Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades, v. 26, n. 52, p. 130-147, 2021. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/reihm/article/view/7268>>.

DE CARLI, E. F. R.; PORFÍRIO, G. B.; FIGUEIREDO, D. L. A. Violência sexual contra crianças e adolescentes em tempo de pandemia. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 9, p. e3311931649-e3311931649, 2022. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/31649/26865/358070>>. Acesso em: 30 de nov de 2022.

DE MELO, F. M. e DALVI, M. A. Polêmicas nas redes sociais, censura literária e silenciamentos sobre abuso sexual: um debate sobre direitos das crianças. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos/Unesp*, 9(2), 209-230, 2021.

EAGLETON, T. Teoria Literária: Uma Introdução. Blackwell. Wellek, R., & Warren, A. (1956). Teoria da Literatura. Imprensa da Universidade de Indiana, 2008.

ELISE, Jacqueline. Livro "Leila" - uma baleia filhote-fala liricamente de abuso sexual infantil. *Universa UOL*. [S.l.]. 19 jul. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/07/19/entrevista-livro-leila.htm>. Acesso em: 27 mai. 2023.

FERNANDES, F. G. e PLATT, A. D. A literatura não atura: uma reflexão sobre literatura e cultura em movimento. *Miscelânea, Assis-SP*, v. 26, jul.-dez. 2019, p. 219-235

DOLTO, F. A causa das crianças. *Aparecida: Ideias e Letras*, 2005.

FILHO, C. M. Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira. *São Paulo em Perspectiva*, 15(2), 20-27. (2001) Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010288392001000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392001000200004)>.

FRIEDMANN, Adriana. A vez e a voz das das crianças. Panda Books, 2020.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). (2005). Pequenas Vítimas. Relatório UNICEF - Situação da Infância Brasileira 2006. Brasília: UNICEF. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/pt/>>.

GRAZIOLI, Fabiano Tadeu. Leila, de Tino Freitas e Thais Beltrame: abuso sexual na infância e o diálogo com pressupostos teóricos da literatura infantil. *Revista do programa de pós-graduação em letras da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo: Maio/agosto*, p. 242 -260, jul. 2020.

GOMES, J. A. Literatura para a infância e a juventude e promoção da leitura. Disponível no portal do Projeto Gulbenkian/Casa da Leitura,(s/d), 2007.

GONÇALVES, H. S. e FERREIRA, A. L. A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 18, 315-319, 2002.

- HABIGZANG, L. F. et al. Grupos de terapia cognitivo-comportamental para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Revista de Saúde Pública*, v. 43, p. 70-78, 2009.
- LAJOLO, M. Do mundo da leitura para a leitura do mundo. São Paulo: Ática, 2008.
- Leila / Tino Freitas: [ilustrações] Thais Beltrame. – 1.ed.-Belo Horizonte [MG]: Abacatte, 2019.
- MCDANIEL, C. Children's literature as prevention of child sexual abuse. *Children's Literature in Education*, 32(3), 203-224, 2001.
- MCDANIEL, C. *Critical literacy: A way of thinking, a way of life*. New York: Peter Lang, 2006.
- MINAYO, M. C. S. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- MINAYO, M. C. S. (1994). A violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, 10(supl. 1), 7-18. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102311X1994000500002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X1994000500002)>.
- MINAYO, M. C. S. (2006). *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- TUBMAN, Andrea Viviana; LINHARES, Ilustrações Thais. *Não me toca, seu boboca!*. 7. ed. Belo Horizonte: Aletria, v.1, 2021.
- Organização Mundial da Saúde (OMS). (1999). *WHO Consultation on Child Abuse Prevention*. Geneva: WHO.
- ORLANDI, Eni Puccinelli, 2007 - *As vozes do silêncio: no movimento dos sentidos* / Eni Puccinelli Orlandi. - 6ª ed. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- RODRIGUES, S. F. P. e DE SOUZA, R. J. Tabus e temas polêmicos – a literatura infantil e juvenil sob censura. *Caderno de Letras*, n. 38, p. 183-199, 2020.
- SANTOS, S. S. e DELL'AGLIO, D. D. Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 328-335, 2010.
- TAUBMAN, Andrea. “Não me toca, seu boboca!”: Autora do livro fala sobre abuso infantil. Entrevista concedida a Ana Clara Oliveira. *Blog Leiturinha*. [S.l.]. 18 mai. 2021. Disponível em: <https://leiturinha.com.br/blog/nao-me-toca-seu-boboca-autora-do-livro-fala-sobre-abuso-infantil/>. Acesso em: 27 mai. 2023.
- TAVARES, M. Criando a rede especializada de atendimento. In G. Pizá & G. F. Barbosa (Orgs.), *A violência silenciosa do incesto* (pp. 201-207). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Rio de Janeiro: Clínica Psicanalítica da Violência, 2004.
- UNICEF BRASIL E FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Unicef. Brasil: Unicef, outubro de 2021. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/panorama-daviolencia-letal-e-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil>. Acesso em: 26 maio.2023.

Vasconcelos, L. A. et al. Brincando com histórias infantis: Uma análise do comportamento para o desenvolvimento de crianças. Santo André, SP: Esetec, 2006.